PORANDUBAS

"porã' duba; pergunta, notícia"

23

Boletim Interno da PUC-São Paulo. Ano III SETEMBRO Sala de Comunicação

Fotos Hélio Campos Mello
Carlos Namba

2 anos

(pág. 3-5)

Universidade-Povo (pág. 6)

Alô? É a Bethânia? (pág. 7)

Estatutos: Revisão Urgente (págs. 9-11)

EDITORIAL

INVASÕES

Erasmo Dias, quase nos fazes um favor. Bastava que nos acomodássemos e a tua invasão cairia como uma luva. Entre presos e queimadas, todos seriam salvos e a PUC teria sua respeitabilidade construída sobre uma autonomia ferida.

Contudo, a luta continuou. Quem conhece um pouco do passado da PUC, sabe que luta sempre houve. Assim, o autoritarismo mais violento não é o que chega blindado, soltando gás e fogo pelas ventas mas é aquele que se entranha nos estatutos sebentos, gritando que todos aqui são iguais mas que sussurra: "Alguns são mais *iguais".*

Assim, oportunismo não é o que aproveita inocentes Atos Públicos em "territórios livres" co mo pretexto para uma vingan covarde mas aquele que ao long dos anos cria cargos-fantasm desigualdades salariais. Nos est tutos e na estrutura de cargos salários está uma invasão que preciso e possível enfrentar.

POSIÇÃO

CONTRA A CARESTIA

DEPUTADA IRMA ROSSETO PASSON

O Movimento Contra a Carestia é uma grande lição. É a prova de que o povo tem capacidade de se organizar e de se mobilizar quando participa das decisões.

Nascido à beira de um tanque de lavar roupas, uma conversa entre donas de casa, mães de família e amigas, num bairro de periferia de São Paulo, o Movimento Contra a Carestia virou assunto nacional. Tomou conta dos bairros da periferia de São Paulo, alcançou outras cidades do Estado para, hoje em dia, ser uma presença real por todo o País. Presença que questiona toda a política econômica do Governo.

O Movimento Contra a Carestia tem hoje presença em São Paulo, Belo Horizonte, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Pará, Sergipe, Goiás.

A MISÉRIA CONTINUA

O Movimento Contra a Carestia tem uma raiz profunda; a miséria esmagadora do povo brasileiro. Esta situação, que era extremamente grave na época do nascimento do Movimento, agravou-se e nada indica que surja uma mudança a não ser que o povo comece a participar das decisões a respeito da *política econômica*, o que significa *da política em geral.*

Os salários perdem valor dia a dia, o preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade aumenta com rapidez cada vez maior. Os trabalhadores conquistaram o direito de greve na prática mas os aumentos conseguidos são rapidamente absorvidos pela alta do custo de vida. O povo luta, mas a miséria aumenta.

O MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA

Todo mundo, quando pensa no Movimento Contra a Carestia, se lembra do Abaixo-assinado de 1.300.000 assinaturas, da manifestação de 20.000 pessoas de 27 de agosto de 1.978 na Praça da Sé, da repressão policial, da viagem da delegação à Brasília, onde Geisel bateu com a porta na cara dos representantes do Movimento.

Esses foram momentos culminantes, mas nunca é demais lembrar que foi o longo, paciente e persistente trabalho do dia-a-dia que permitiu ao Movimento produzir fatos tão importantes, notícias tão comentadas.

A primeira vez que o Movimento veio à luz do dia foi em 1973, e ainda não se chamava Movimento Contra a Carestia. Mas foi neste ano que os clubes de Mães da periferia de São Paulo enviaram uma carta às autoridades exigindo medidas contra a Carestia. Isso já foi o fruto de um trabalho de formiga anterior. O resultado foi que os Clubes de Mães não perderam o contato entre si, o que possibilitou um segundo passo, já em 1975, quando foi feita uma pesquisa em 2.000 casas, realizada por trabalhadores, a respeito do Custo de vida. O resultado dessa pesquisa, tanto do ponto de vista do conhecimento mais organizado da situação de miséria quanto do ponto de vista dos contatos realizados, permitiu, já em 1976, a realização de duas iniciativas: um primeiro abaixo-assinado com 18.500 assinaturas, e a realização de uma assembléia no Colégio Santa Maria, onde 4.000 pessoas pedem o congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade, aumento dos salários mais creches e mais escolas.

O Movimento continua a crescer na bases. Em janeiro de 1977 reúnem-se 80 representantes de 18 bairros para impulsionar o Movimento. Desse esforço resulta a eleição da comissão diretora do Movimento Contra a Carestia, isso no dia 5 de agosto do mesmo ano. Amadurece, durante todo o fim de 1977 e começo de 1978, a idéia de atingir todas as regiões da periferia de São Paulo. No dia 12 de março de 1978 se dá o lançamento oficial do abaixo-assinado com a participação de 7.000 pessoas no Colégio Arquidiocesano, na Capital.

O resto todos já sabem. Esse abaixo-assinado recolheu 1.300.000 assinaturas, mas para o ato de entrega às autoridades, na Praça da Sé, no dia 27 de agosto de 1978, de autoridade só compareceu o comando da polícia para reprimir a manifestação.

Ganhos do Movimento

O primeiro grande ganho foi provar que o povo organizado pode provocar fatos políticos importantes. Agora, eu estou convencida de que o maior ganho do Movimento, do ponto de vista dos interesses a médio e longo prazo dos trabalhadores, foi exatamente esse trabalho permanente, aparentemente miúdo, mas que exige a verdadeira coragem popular, de organizar, de discutir e rediscutir, de reunir três, cinco, dez pessoas num bairro, numa rua, numa paróquia. Foi esse trabalho de base que permitiu a Assembléia da Praça da Sé, que deu confiança para enfrentar a repressão, que mobilizou o povo para a coleta das assinaturas do abaixo-assinado.

O que esse processo de base produziu o povo nunca mais vai perder. E este mérito é o maior mérito do Movimento Contra a Carestia.

Lições

A primeira grande lição está no seguinte: a mobilização do povo só é verdadeira quando na base existe participação em todos os níveis, inclusive ao nível de decisão.

Sob esse aspecto não adianta pe der tempo com muita sofisticação. Exi te uma palavra fundamental que expli a essência deste problema: confiança. pode compreender a importância, participação, aquele que tem confian na capacidade que tem o povo de julg e, julgando, decidir. Os que têm me do povo não podem compreender es questão fundamental. No caso do M vimento Contra a Carestia isso fic muito claro. Propostas claras, discutid pelas bases resultaram em encaminh mentos, em formas de ação que o po compreendeu. Obra de grandes estrat gistas? Nada isso: participação do po na discussão, nas deliberações, nas av liações e na definição dos rumos.

A outra grande lição diz respeito alternativas que se abrem ao povo bra leiro hoje em dia. Sem a participação povo não haverá resposta que dure, q tenha validade para o futuro. Essa uma questão política fundamental: n há solução para os problemas brasil ros sem a real participação do povo. propostas viram literaturas se o po não lhes der consistência. E isto só se conseguido no momento em que o po puder decidir, participar efetivamente não somente concordar e discordar.

Propostas

— Projeto de lei sobre o congelamen dos preços dos gêneros de prime necessidade;

— Ações contra o aumento dos gêner de primeira necessidade e serviços interesse da grande massa da pop lação;

— Realização de Congresso Estad em final de outubro, começo de n vembro;

— Ida de uma comissão nacional Brasília, em novembro, para cobrar reivindicações encaminhadas

RECOMENDAMOS

Dr. JOÃO CORIOLANO REGO BARROS

Pediatra
Consultório: Av. Paulista 1159, 13° and. conj. 1310
tel.: 285-5828

DR. SOUBHI KAHHALE

Obstetrícia e Ginecologia
Consultório: R. Martiniano de Carvalho 694
Tel.: 287.3320

LIVRARIA MANDURI

Livros de Arte, Ciências Humanas, Pockets, Posters. Pedidos pelo telefone 256-9610. Rua da Consolação n° 323, loja 1

PUC
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

VESTIBULAR PUC-80

-Total de vagas: 3.979 (noventa vagas a mais que em 1979)
-Novas vagas no Vespertino:
. História: 50
. Ciências Sociais: 50
. Pedagogia: 50
- Taxa de inscrição: Cr$530,00 (aumento de 14% sobre o ano anterior)
- EXAMES:
. Data: 11 a 15/janeiro/80
. Serão feitos em um só conjunto. Antes eram feitos em 2 fases.
- SIMPLIFICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:
. Ficha de inscrição pode ser preenchida à mão
. Apresentação da Cédula de Identidade
. Pagamento da taxa
. Não se exigirá documentação escolar nem fotografias
- PROGRAMAS:
. Atualização de conteúdos
. Explicitação das habilidades que serão exigidas em cada prova.

Invasão

Renascer das cinzas

Dia 22 de setembro de 1977, comandadas pelo Cel. Erasmo Dias, tropas policiais invadiram o Campus Monte Alegre, a pretexto de dissolver Ato Público. Publicamos aqui análises e trechos de depoimentos.

1977-1979: O Que Mudou?

O Núcleo Pró-Anistia da PUC elaborou um dossiê que enviou ao Senado mês passado ao Sen. Teotônio Vilela. Pretende-se com este material elaborar o "Livro Branco" da PUC. As páginas que seguem trazem trechos daquele dossiê, fornecido ao Porandubas pelo Núcleo, que aqui faz um balanço do dia da Invasão até hoje.

A data de 22 de setembro de 1977 foi, talvez, uma das mais violentas da História recente do Brasil. Naquele dia, 21.30h, o Campus Monte Alegre da nossa Universidade foi invadido por forças repressivas do governo. Que fatos justificariam esse barbarismo e clima de terror? Nenhum. Principalmente, se levarmos em consideração que todo esse dispositivo foi acionado para impedir que os estudantes brasileiros, reunidos pacificamente, promovessem o seu III° Encontro Nacional. Na ocasião lembrava a Reitoria da PUC que é indispensável que os órgãos governamentais entendam que a contestação juvenil, em especial universitária, não é um fato isolado. Cabe portanto à Universidade desenvolver um trabalho que venha ao encontro dos interesses mais gerais da população, contribuindo para a superação dos impasses. Para isto é imprescindível assegurar-se sua autonomia a qualquer preço.

DOIS ANOS DEPOIS

Hoje muita coisa parece ter mudado. O clima de terror e violência que caracterizou períodos anteriores da vida brasileira, diminuiu sensivelmente. A censura prévia à imprensa foi abolida e o famigerado AI-5 deixou de existir, sendo substituído pelos instrumentos de "salvaguarda do regime". O projeto de anistia restrita e parcial do governo propiciou o retorno de muitas personalidades democráticas ao convívio da vida brasileira. Para alguns, há expectativa de um futuro promissor.

No entanto, quais os verdadeiros motivos que levaram a tais mudnaças? A resposta inadequada a esta questão pode levar-nos a interpretações apressadas ou ingênuas que procuram buscar no próprio governo as razões dos novos tempos. Assim, seríamos compelidos a acreditar que, no fundo, o atual período de abertura, é fruto da política de "mão estendida do presidente Figueiredo". Ora, nós, que como milhares de brasileiros lutamos pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita dos pressos, asilados e banidos políticos do Brasil, sabemos que isto não é verdade. Se o governo foi obrigado a conceder Anistia, mesmo restrita, o fez pelas pressões que recebeu de parte de setores expressivos da sociedade brasileira. Da mesma forma, são as pressões populares por melhores condições de vida e salário, as greves dos trabalhadores e a luta dos estudantes que reconstroem suas entidades livres e representativas, que nos explicam as mudanças todas que atualmente ocorrem no Brasil.

QUEM NOS GARANTE?

É importante lembrar que, se por um lado os notáveis progressos da luta popular têm contribúido para levar o governo a promover uma redefinição do modelo político, por outro lado, esse mesmo modelo nada tem a ver com os interesses da grande maioria do nosso povo. Trata-se de nova arma para manutenção futura do próprio governo, embora em outros termos. A anistia atesta esta manobra, pois contemplou de forma "ampla, geral e irrestrita" a todos os torturadores de presos políticos do país. Além do mais, o aparato represssivo continua de pé— nada nos garante objetivamente que não seja utilizado de novo, até para invadir e depredar as dependências de nossa universidade.

Por tudo isso é que nós do Núcleo *Pró-Anistia - CBA/PUC* julgamos que a luta pela democracia no Brasil só pode ser concretizada com o desmantelamento do aparelho repressivo do Estado, acompanhado por uma verdadeira anistia: AMPLA, GERAL E IRRESTRITA. Só assim, os fatos que mancharam a Sociedade Brasileira em 22 de setembro de 1977 jamais voltarão a acontecer.

BOLAS DE FOGO, GÁS...

DEPOIMENTO DO PROF. PAULO EDGAR ALMEIDA REZENDE DIRETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA CEI. 7-11-77

"Eu estava numa reunião de professores quando por volta das 21:30 h correu a notícia de que a polícia cercava os prédios da PUC. Vi bolas de fogo e senti forte cheiro de gás, correria e gritaria de estudantes. Sugeri a alguns professores que deviam descer para tentar proteger os alunos. Era visível que eles não estavam resistindo às ordens de prisão. Do alto do Prédio Novo percebi que policiais à paisana, localizados no térreo, desafiavam os alunos a descerem. No térreo identificou-se como Diretor querendo entender-se com o chefe mais foi obrigado a entrar em fila, ocupando o 1° lugar. Os policiais afirmavam que todos ali eram subversivos e que "não tinha essa história de Diretor". Subiram a rampa debaixo de intensa provocação, em altíssimo grau de excitação. Os policiais fardados estavam calmos mas os paisanos batiam nos que estavam na fila. Ao entrar no estacionamento já havia 200 pessoas, havendo na entrada um aparelho detector de metais ou armas, não havendo problemas desta espécie. Alguns estudantes estavam queimados e um deles — ferido com maior gravidade — dispensou intervenção para evitar notoriedade. Após o filmagem de todos, solicitou-se a que os professores se levantassem e sendo indentificados puderam sair.

Fui chamar D. Benedito Ulhôa Vieira pois D. Paulo Arns estava fora de SP. Acompanhou D. Benedito que se reuniu a Pe. Edênio, Dr. Hermínio e ao Pe. Garcez, junto à Reitoria. Notei que alguns estudantes liberados eram detidos mais adiante devido ao desencontro entre os agentes. A capela foi cercada porque se dizia que lá dentro havia gente e que assim permaneceria se a mesma não fosse aberta."...

Indenização na Gaveta

Ação Ordinária de Indenização contra a Fazenda do Estado movida por Iria Visoná, Graziela Eugenia Augusto, Maria Cristina Raduan, Virginia Maria Finzetto. Advogado Dr. Mário de Passos Simas.

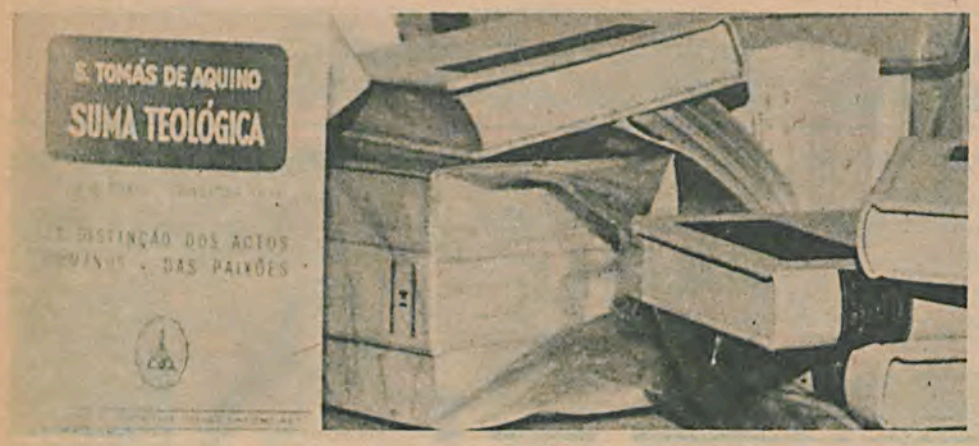
As Autoras são estudantes universitárias usando de um consagrado e constitucional direito, os estudantes organizam-se, pacificamente, com o propósito de debater temas da mais alta indagação. Memoráveis são suas lutas, que às vezes são compreendidas e em outras vezes encontram sérios obstáculos e são castigados de toda ordem.

A fantástica e violenta investida sobre o Ato Público provocou pânico. Os policiais perseguiram os estudantes, com o emprego de cassetetes, arremessamento de bombas, umas expelindo gás, outras soltando chamas e terceiras que desprendiam líquido provocador de queimaduras na pele... Estudantes feridos, notadamente as que foram queimadas a custo conseguiam ser atendidos em razão da morosidade dos encarregados pelo atendimento. Os colegas que tentavam ajudá-los sofriam espancamento por parte dos militares... não houve, como não poderia haver, em qualquer momento, tentativa de reação por parte das vítimas.

Iria Visoná foi arrastada pela multidão. As bombas impediram-na de enxergar, dando-lhe a sensação de asfixia. Sofreu queimaduras de 1°, 2° e 3° graus, bem como necessitou de enxerto na perna esquerda. Graziele sofreu queda na escada: Teve queimaduras nas mãos e no antebraço esquerdo, sendo necessário o enxerto em ambos os membros. Maria Cristina caiu de rosto no chão, quebrando os óculos. A grande quantidade de gás que aspirou fê-la desmaiar. Suas vestes foram queimadas por faiscamentos de uma bomba. Submeteu-se a 5 intervenções e vários enxertos. Virgínia foi pisoteada, portando queimaduras nas costas e nas nádegas... A Secretaria da Segurança assumiu a responsabilidade pelo pagamento de todas as despesas de tratamento médico. Cumpria às Autoras apresentarem notas de despesas e percebiam o correspondente reembolso. No entanto pretende aquela Secretaria que as Autoras sejam assistidas por médicos do DEOPS, não especializados.

Nessas condições vêm as Autoras propor a presente ação para lhes indenizar as lesões, pagando-lhes todo o tratamento necessário à recuperação física e psicológica, danos morais, danos estéticos, tudo acrescido de juros, correção monetária, honorários advocatícios, na base de 20% sobre o valor de condenação, custas judiciais... Dá-se à causa o valor de Cr$ 300.000,00.

Invasão



Queda do Território Livre

RELATÓRIO DA REITORIA, DIA 27-9-77, DIRIGIDO AO MEC

PREPARAÇÃO

Dia 21 setembro o campus Monte Alegre, USP e FGV amanheceram cercados. A Reitoria emitiu comunicado lamentando não ter recebido informação do cerco, o que a desautorizava.

Dia 22-9 os jornais anunciavam que o III ENE seria na USP. Às 12 horas estava anunciada por cartazes uma assembléia metropolitana com 600 participantes, a qual decidiu realizar o ato público para a noite do dia 22-9. Ao fim da assembléia da tarde circulava a informação de que um grupo de delegados teria realizado secretamente o encontro numa das salas do Prédio Novo. A direção da Universidade não tinha qualquer indício de tal reunião. As aulas noturnas, apesar do clima agitado, foram normais. Às 21 h, mil pessoas reuniram-se na frente do TUCA e deram início ao "Ato Público de repúdio à repressão do III° ENE".

REPRESSÃO

A repressão policial começou por volta de 21:50 h, com a presença do Secretário da Segurança Pública do Estado. Ao mesmo tempo que a concentração era dissolvida, ocorreu a invasão do campus, salas de aula, administração por 900 policiais fardados e em trajes civis, bombas a gás e de efeito moral, cassetetes elétricos e armas de tiro rápido. Mais de 1.500 pessoas foram arrancadas das salas e de seus locais de trabalho agredidas selvagemente, levadas em fila indiana onde foram ao estacionamento obrigadas a se sentarem no chão. 900 pessoas foram indiciadas na Lei de Segurança Nacional. Das 37, 6 pessoas eram alunos da PUC, além de muita gente inocente ter sido fichada na Polícia. O Vice-Reitor Comunitário Edênio Valle atuou como mediador junto ao Secretário da Segurança desde o início, tendo chegado a Reitoria Nadir Kfouri quando todos estavam recolhidos ao improvisado campo de concentração. A polícia técnica, após interdição de toda a área, procedeu a levantamentos fotográficos e pelas 4 h da manhã um caminhão da Polícia Militar embarcou grande quantidade de material retirado de alguns Diretóriso Acadêmicos.

REAÇÃO

A Reitoria se manifestou publicamente com nota à imprensa. No sábado a APROPUC realizou assembléia geral. A versão oficial veiculada pelo noticiário da TV apresentou várias afirmações que não correspondiam à realidade, em especial que a Reitoria conhecia previamente a realização do III° ENE e que as impressoras eram da PUC. Desta forma pareceu que se insinuava cavilosamente que a PUC era uma ponta de lança do Partido Comunista.

POSIÇÃO DA REITORIA

Quanto à atuação da polícia preferimos cobrir com o protesto do silêncio a nossa indignação e vergonha. A gráfica da PUC trabalha para fins didático-administrativos. Não tínhamos conhecimentos do III° ENE. E se o soubéssemos teríamos negado terminantemente sua realização por ser formalmente proibida.

O Gov. do Estado dissera que nos campi univ. deveria ser concedido maior espaço para as assembléias estudantis e o Secr. Segurança falou em "territórios livres". O material recolhido em parte era distribuído em manifestações públicas, também boa parte eram apostilas e livros: não temos elementos de saber se o material exposto pelo DEOPS de S.Paulo, 4 dias mais tarde é realmente o mesmo.

Será que o vocábulo "subversão" é suficiente para esgotar toda a inquietação e desejo de participar da juventude universitária? O dilema da inquietação estudantil não é um fato isolado mas reflete os conflitos que perpassam a sociedade como um todo. Não podemos aceitar que a força bruta seja a solução.

Correspondência

Telegrama Reitoria a Erasmo Dias:

"Repudio categoricamente afirmação vossa Excelência Reitoria PUC-SP ter conhecimento realização III ENE dependências desta universidade".

Excertos da resposta do Dr. Paulo Egydio a D. Paulo, 6-10-77.

(A intervenção policial) "Seria de esperar nas circunstâncias dado o teor da nota admonitória do Governo do Estado, emitida e divulgada pela imprensa no dia 20 de setembro último. Lamento não poder concordar com o conceito de autonomia universitária que o telex de V. Eminência parece esposar. Também as universidades se sujeitam às leis vigentes no País, inclusive às referentes à segurança nacional. Autonomia na verdade não se confunde com soberania, prerrogativa que só os estados independentes possuem".

"Acentuo afinal que recentemente demonstrei toda minha consideração pela PUC prestando-lhe meu apoio, como governador do Estado, amparando em nome de grave crise financeira".

Trechos da Manifestação das Associações de Profs. ao Dr. Ney Braga, 26-9-77.

"Acontecimentos recentes em diversos pontos do País têm configurado uma verdadeira escalada de violências contra a Univ. Bras. Nesses lamentáveis eventos, sr. Min., vemos de um lado a massa estudantil e o corpo docente desarmados de tudo, menos da palavra que é para eles o único e digno instrumento de ação e de trabalho e de outro a agressividade policial garantida por um poderoso aparato material de intimidação e de repressão."

Estes confrontos atuais culminam na invasão da PUC, o mais grave de todos. Estes eventos dão-se em condições de triagem ideológica de longa data, a censura "cujos caminhos tortuosos fazem supor a presença do arbítrio e da ignorância"; ameaças que anunciam que podemos ser vítimas de violências físicas e morais a qualquer momento. "Recobre-nos pesado manto do medo. E isso tudo se faz em nome do combate à subversão.

Assinam Sérgio Luna, Modesto Carvalhosa, Antônia Angarita (FGV).

De mãos dadas

Relatório da APROPUC, elaborado dia 16/11/77

LENTO CERCO

Os acontecimentos da noite de 22 de setembro de 1977 foram o clímax de um ambiente ameaçador que desde o dia anterior era provocado pela presença ostensiva das forças policiais.

No dia 21-09, o *campus* já amanhecera cercado por tropas policiais o que dificultou o livre trânsito de funcionários, professores e alunos, levando a reitoria a encerrar o expediente às 11 horas sem condições de trabalho.

No dia 22-09, a Universidade tinha retomado seu ritmo normal de atividades. As aulas foram ministradas normalmente. Entre o fim da manhã e o início da tarde, houve uma Assembléia Metropolitana de alunos que já estava anunciada prévia e fartamente e que transcorreu em calma.

INVASÃO

A violenta invasão foi iniciada quando os policiais começaram a atirar bombas que expeliam gás e provocavam chamas em meio aos estudantes que se encontravam em frente ao TUCA. As ruas todas fechadas, as pessoas correm para dentro do *campus* onde eram perseguidas. Os policiais — fardados e à paisana — portavam longos cassetetes que produziam sensações descritas como "choques elétricos" agressão física — empurrões, chutes, golpes de cassetetes, palavras de baixo calão, provocação com expressões irônicas; depredação de dependências da Universidade e dos diretórios acadêmicos — arrombamento de portas e gavetas, destruição de livros, equipamentos, e violação de arquivos, inclusive os de material reservado.

Professores, monitores, funcionários, alunos que ali se encontravam tentavam entendimento com os invasores, no sentido de fazê-los compreender que estavam trabalhando em suas salas.

TERROR

O clima de terror criado pelas bombas na passagem entre os prédios, os gases lacrimejantes — que todavia, não afetavam os guardas, cujos lenços usados à guisa de máscaras escondem o resto dos olhos para baixo.

À mercê de homens enfurecidos e desorientados que rasgavam cartazes, golpeavam paredes e gritavam ordens desconexas, ávidos de se extravasarem em agressões físicas, o pessoal sendo perseguido nas rampas de acesso, com gente sendo pisoteada ao cair no chão, golpeadas e feridas. Logo após a invasão, professores, monitores, alunos e funcionários foram confinados, como gado, no estacionamento em frente à Universidade.

DEPOIMENTOS PESSOAIS

Ante a ameaça dos policiais, um professor mostrou a sua carteira profissional. Um policial arrancou-lhe o documento da mão, enquanto acertava-lhe um golpe de cassetete nos testículos. Não reagindo da agressão, assim mesmo foi espancado nas costas e pernas e foi puxado pelos cabelos até colocá-lo na fila contra a parede. Além do relato da vítima, a agressão foi confirmada por m ais quatro professores.

Um outro professor era o último a passar pelo "corredor polonês" formado por policiais. Além de ser golpeado por um cassetete que produziu sensação semelhante a um choque elétrico, foi atingido nas nádegas por um violento chute.

O sadismo dos policiais, está claro no relato de uma professora. Ela viu um deles encostar o cassetete na barriga de uma mulher grávida, ele era loiro, cabelos crespos, alto e um pouco gordo, com o rosto semi-encoberto por um lenço.

Uma professora foi empurrada para fora da fila por um agente e em seguida foi golpeada por outro agente para que permanecesse na fila, e como tivesse gritado em consequencia da dor, foi golpeada novamente por outro policial.

Além dos golpes de cassetete, alguns alunos foram atingidos por jatos de gás expelidos por embalagens tipos aerosol.

Se alguém deixava cair um livro ou caderno dificilmente poderia pegá-lo,devido às ameaças e pancadas. Em certas ocasiões, um policial percorria a fila e obrigava as pessoas a soltarem as mãos,

Invasão

em seguida aparecia outro contradizendo a ordem dada mas com palavras de baixo calão.

Além do comportamento arbitrário e incoerente dos policiais, vários professores puderam notar um fato estranho na fisionomia daqueles guardas. Eles tinham os olhos "vidrados".

DEPREDAÇÃO

O vandalismo foi confirmado no dia seguinte por uma comissão formada pelo senador Franco Montoro, deputado Alberto Goldman, Adv. José Carlos Dias, Prof. José Gregori, vice-reitor Edênio Vale e Profs. Fernando Cortese e Laurindo Leal Fº. Eles constataram, e fotografaram, máquinas e móveis destruídos, o Arquivo do Dpto. Jurídico do 22 de Agosto foi violado e outros Centros Acadêmicos totalmente destruídos. Trabalhos de alunos sem avaliação desapareceram, instrumentos musicais quebrados e as secretarias arrombadas.

Para nós da APROPUCSP é importante ressaltar, por último, a gravidade da violação à autonomia universitária, o impedimento criado por força, à atividade acadêmica usual e definidora de uma universidade, e o desrespeito às autoridades acadêmicas. Isto não é reivindicar *soberania* indébita mas tão-somente reclamar o respeito a um direito que tem cercado a Universidade há centenas de anos nos países civilizados.

A invasão do campus como aconteceu pode ser colocada ao lado de uma invasão e cerceamento de atividades de um Tribunal ou Assembléia Legislativa ou Congresso Nacional que como a Universidade devem gozar de uma necessária autonomia para atingir seus objetivos.

Operação premeditada

Relatório da Comissão Especial de Inquérito sobre a invasão da PUC, cerco a vários Campi Universitários, Violação de autonomia universitária. Presidente — Alberto Goldman, Relator — Dept. Horácio Ortiz.

O relatório faz o histórico desde 3/5/77 elencando Atos Públicos, Passeatas, Declarações de autoridades de que respeitariam territórios livres e manifestações ordeiras. Detém-se sobre os dias que antecederam o 22-9 e a própria invasão da PUC. Foram ouvidos depoimentos de Autoridades da Reitoria, de Diretorias de Entidades de Professores e de Estudantes.

DEPOIMENTOS

"Agora quero salientar o seguinte: que essa reunião deve ter acontecido foi tão discreta que ao que parece nem as autoridades policiais, que constantemente vigiam o campus, tiveram dela conhecimento, ou mesmo os estudantes que faziam lá essa assembléia metropolitana. Eles desconheciam o fato. Então ela foi totalmente sigilosa". *(Reitoria da PUC).*

"O que se temia tanto dele (o IIIº ENE)? Os estudantes pretendiam discutir e se organizar para encaminhar as lutas levadas até então. Iríamos discutir questões referentes ao futuro politico do país. A CONCLAP foi um encontro nacional de empresários. Por que no encontro dos empresários canapés e aperitivos e na PUC bombas?'' *(DCE/USP).*

"O fato mais importante, independentemente da omissão da PUC, que não tomou iniciativa alguma para apuração dos fatos, é que durante a tarde desse dia a fachada da PUC já estava engalanada com faixas: "Vitória, realizado o IIIº ENE"... fez com que fosse realizado um esquema policial preventivo nas imediações da PUC a partir das 20 hs" (*Depoimento do Secretário da Segurança*).

..."Será conveniente que medidas preventivas adequadas tenham sempre preferência sobre ações repressivas" *(Rádio-telegrama do Min. Justiça ao Gov. Paulo Egydio).*

Gov. Paulo Egydio em várias ocasiões:

... "Que continuem a ter seus encontros e seus debates nos campus universitário evitando entretanto logradouros públicos... Quando se chega ao conflito é por que nós já perdemos a cabeça ... estou com receio de que se chegue a essa posição" (Folha SP, 19/5)

"Se os estudantes permanecerem no campus, tudo ficará em calma "(O ESP 8/6),

... esse chamado ato público, que de maneira alguma tinha sido proibido formalmente por ninguém...

Pe. Edênio Valle).

"Em diversas salas foi pichada a sigla CCC (Comando de Caça aos Comunistas), organização terrorista que como AAB vem ameaçando a segurança da população... Consumado o cerco e a invasão, aumentou a violência... Mesmo depois de dispersado o ato público continuaram jogando bombas. Vários policiais mostravam-se demasiadamente excitados e sem autocontrole, com os olhos "vidrados"... Em atitude de nítida provocação, os policiais obrigavam a fila a andar mais depressa, quase correndo. Logo em seguida, aos gritos, forçavam a parada brusca... Todas essas violências foram presenciadas pelo Cel. Erasmo Dias que nada fez para impedi-las (*DCE/PUC*)

CEL. ERASMO DIAS

"A ação policial foi conduzida dentro da única alternativa que as circunstâncias impuseram após esgotadas todas as medidas preventivas." (Relatório da Secretaria da Segurança) O Secretário negou ainda diante da CEI a existência de labaredas após o lançamento das bombas e dos espancamentos por cassetetes. Afirmou ainda que os policiais não portavam armas.

"Mesmo quando houve necessidade de confronto, a Polícia se fez presente observando o respeito devido à população, armada apenas com os recursos tradicionais de contenção de distúrbios, isto é, gás lacrimogêneo e água" (*Informação do Gov. Paulo Egydio ao Min. da Justiça*)

COMENTARIOS DA CEI

que o governo visava evitar era a realização do III ENE, anunciado como ilegal. Ora, o encontro, se foi realizado, segundo a própria polícia, o foi na PUC no período inicial da tarde e o ato público foi realizado no período da noite... as detenções não lograram acus presença de qualquer estudante de outro Estado... Existem alguns in-ícios que somados a fatos concretos levam a crer que a invasão da UC foi uma operação previamente estudada... Pode-se constatar ainda pelos depoimentos prestados, a tentativa da Polícia de responsabilizar Reitoria da PUC pelos acontecimentos do dia 22... Quanto a episódios do dia 22, o Sr. Governador foi mais além, e dossando publicamente toda a ação policial.

CONCLUSÃO DA CEI

.. esta Comissão absolutamente não pode acolher as afirmações do Sr. Secr. da Segurança, de que os estudantes, abordados pelos policiais, "como que obedecendo a um comando embarafustaram dependências do estabelecimento a dentro, estabelecendo aí a confusão e pânico. Também não prospera atribuir a fuga aterrorizada dos universitários, perante o aparato da milícia, ao comando de agentes subversivos. A nosso ver, o único comando a que obedeceram os estudantes essa ocasião foi o do instinto de autopreservação. Não podemos admitir, como quer o Sr. Secretário, que o ato público 'foi estendido pelos seus realizadores para o interior do prédio respectivo", salvo se nos faltar o juízo ou bom-senso...

Como toda operação policial, a de que ora se trata obedeceu também a uma estratégia... exatamente a de provocar e forçar a fuga dos estudantes para dentro da Universidade, propiciando a invasão das tropas. Tanto é assim que os policiais invasores conheciam de antemão quais os locais que deveriam ser arrombados...

Não nos convencemos da ilegalidade do ato público que se realizava em frente à PUC... Não pode prosperar ainda a atribuição de responsabilidade aos dirigentes da Un. Católica por omissão ou complacência...

Assim, quanto aos delitos de abuso de autoridade é possível iniciar o procedimento judicial quanto ao responsável deireto pelo comando da operação policial eivada de ilegalidade, o Excelentíssimo Secretário da Segurança Pública do Estado... Deve ser submetido a julgamento também por crime de responsabilidade... Por derradeiro, desejamos salientar que a ação abusiva do poder público deu ensejo a prejuízos de monta a particulares...

"Focos de Subversão Marxista"

Dois inquéritos foram instaurados: um pela Polícia Federal (DOPS/DPF/SP) e outro pela Secretaria de Segurança Pública do Est. S. Paulo (DEOPS). Material enviado ao Juiz Auditor em 24/4/78.

POLÍCIA FEDERAL

(O Inquérito) "Não ficou adstrito à audiência de estudantes, universitários, dirigentes de diretórios acadêmicos, antigos militantes na subversão que já estiveram envolvidos em processos desta natureza mas, ainda, ouviu esclarecimentos algo que esclarasse a situação." São citados Eduardo Matarazzo Suplici, Alberto Goldman, Flávio Bierrenbach, Hélio Bicudo, Terezinha Zerbini, Nadir Kfouri, Bernardo Kucinski e Raimundo Pereira. "O ilustre Delegado de Polícia Federal, Dr. João Batista Xavier, em seu "RELATÓRIO CONCLUSIVO" chega à conclusão de que falecem elementos para atribuir a quem quer que seja das pessoas ouvidas a responsabilidade pelos fatos delitivos".

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SP

"A conclusão imposta ao final das verificações é a de que, na verdade, dentro da Pontifícia Universidade de São Paulo (sic) fora do setor administrativo e, principalmente, diretivo, há (ou houve) focos de subversão marxista-leninista. A prova irrefutável disso é a imensa quantidade de livros, revistas, volantes, panfletos, circulares, cartazes, publicações de toda a ordem incitando à luta para a derrubada das instituições vigentes no país com a implantação do comunismo; caricaturando autoridades governamentais, apresentando-as sob prismas antipáticos, atirando contra elas a opinião do leitor; insinuando, sorrateiramente, que ações mais violentas devem ser tomadas".

"... Foram indiciadas e ouvidas quarenta e duas pessoas. Destas, o próprio encarregado do inquérito considerou apenas sete com grave implicação e as demais com participação leve nos delitos apurados, praticamente excluindo-se do indiciamento".

HOTEL RESIDENCIAL "CASA BRANCA"
Há dez anos com atendimento rigorosamente familiar. Colocamos à sua disposição apartamentos mobiliados, acarpetados e com telefone. Grande desconto para mensalistas. Pertinho da PUC, r. Monte Alegre 682. Reservas pelo telefone 62-7984

Quem fica com o seu Bebê? Nós ficamos... e assumimos
BABY STOP
Porque somos mães, conhecemos o seu problema
. hotel para bebês
. Mensal e avulso — fone: 825-1670
Rua Cardoso de Almeida, 469

Criança só tem uma infância.
Valorize-a.
"BRINQUEDOS EDUCATIVOS"
TIJOLINHO
Rua Cardoso de Almeida, 316 -
Fone: 62.9080.

Krystal
CHOPPS
Lanches — Drinks —
Sorvetes — Pizzas.
R. Cardoso de Almeida, 754.
Fone: 62-9599

PAULO FREIRE NA PUC

Mito ou Gente?

(reportagem: Sofia Carvalhosa)

Não há dúvidas, o homem vem mesmo. Declarou-o perante um TUCA lotado, "botando gente pelo ladrão". Paulo Freire declarou que "não serei o último recifense a morar em S. Paulo, para onde 3 netas me convidam e onde trabalharei na PUC (aplausos eufóricos), na UNICAMP (nem tanto) e num instituto muito querido, o IDAC."Paulo falou do que aprendeu no exílio, do risco da nostalgia e da racionalização que tapa a saudade–como não podia deixar de ser, este encontro altamente afetivo terminou com um enorme abraço do senhor de barbas brancas a todos os presentes. Este encontro do dia 20/8 e a mesa-redonda do dia 21/8 foram promoção da UNIPUC (Associação de Ex-Alunos e Amigos) pela Semana da Universidade.

QUEM É

Os grandes mitos pré-64 voltam à Pátria amada Brasil. Estes educadores, políticos, operários, artistas, estavam envolvidos com um projeto político voltado para os interesses da população. Tal projeto "popular-populista-nacionalista" incomodou demais o capital internacional ansioso por sugar a gentil terrinha.

Paulo Freire criou o método de alfabetização de adultos que trazia ao trabalhador a consciência de explorado e oprimido ao mesmo tempo que o ensinava a ler e escrever. Este método incomodou muito os ventos internacionais que deram no golpe militar de 64. As experiências de alfabetização iniciaram-se no bairro de Casa Amarela em Pernambuco: os resultados promissores levaram Paulo de Tarso — ministro da Educação de Goulart — a convidar Paulo Freire para que aplicasse o método no Brasil todo. O convite ficou no sonho. João Goulart caiu, muitos foram presos ou tiveram que se exilar. Nestes 15 anos, Paulo Freire se transformou num andarilho, conhecido no mundo todo, por seus livros e por seu método, aplicado recentemente na África.

Paulo Freire é a primeira das "vacas sagradas" a voltar. Veio por um mês, reconhecendo o terreno. Vai morar em S.Paulo. Já aceitou o convite para trabalhar na PUC, UNICAMP. Pretende fundar no Brasil o IDAC — Instituto de Ação Cultural, criado por ele e Elza, sua mulher companheira. O IDAC desenvolve trabalhos de alfabetização no mundo todo e tem sede em Genebra.

Sua postura me lembrou a de um mestre chinês: observava, conversando, ouvindo e sentindo para reaprender um Brasil novo. Só depois dará palpites e reiniciará trabalhos concretos em Educação Popular.

MEUS SOBRINHOS

A tranquilidade de Paulo é "assaltada" pelos convites, entrevistas, telefonemas feitos por amigos e "desconhecidos íntimos". Ele se esforça por desfazer o mito criado em torno à sua figura. Dia 20 de agosto ele foi homenageado com um encontro no TUCA, lotado uma hora antes do início previsto. Lá estava o que Paulo chama de "geração de meus sobrinhos", que eram crianças quando ele foi expulso do país e que só o conhecem por livros ou por suas glórias no exterior.

Quando o pernambucano de barbas brancas chegou, explodiram palmas eufóricas, homenageando e mostrando-se cúmplices com seu projeto. Emocionadíssimo, Paulo falou pouco sobre o exílio dentro e fora do Brasil e finalmente anunciou que aceitara o convite para trabalhar na PUC-S.Paulo: delírio total. As pessoas, insatisfeitas, queriam muito mais. "Realmente era descabido falar seriamente de política, educação e poder", explicou Paulo Freire, cansado de emoção.

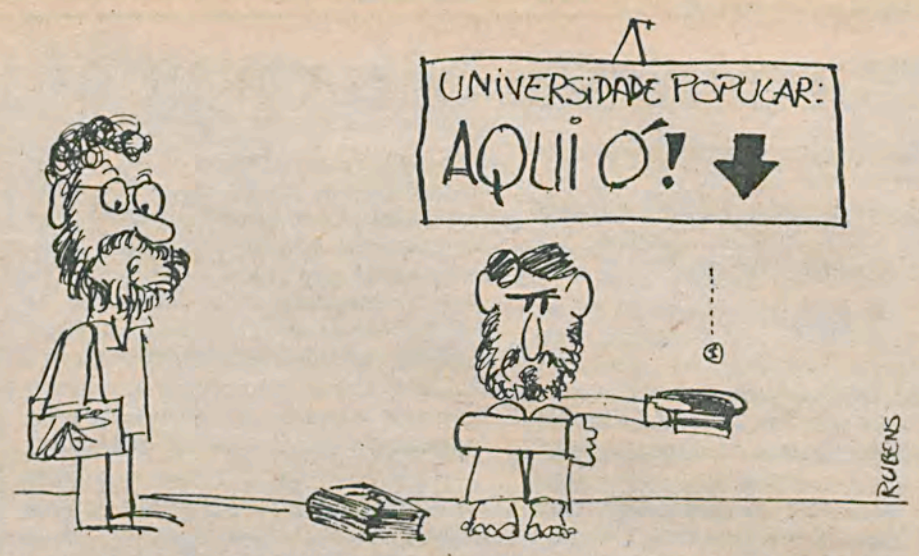
"Você não imagina como me molesta quando vêm me pedir autógrafo, conta Paulo. Eu me sinto objeto. Contudo não posso ser grosseiro em nome da morte do mito. Em São José da Costa Rica, depois de uma conferência, vejo uma fila de pessoas esperando autógrafo. 'Eu te dou autógrafo, mas se me deres também', disse-lhe eu com uma caderneta, na mão. Foi um choque — metade da fila sumiu. Afinal, não há diferença entre a gente..." (No entanto, esta repórter soube que Paulo foi pedir autógrafo prá Betânia).

PLANOS NA PUC

"Propomos que Paulo trabalhe no Centro de Educação, com aulas e talvez na ação prática, revela a Reitora. "Pe. Edênio acrescenta que existe uma idéia de criar na PUC um Instituto de Educação Popular, organizado por Paulo Freire, para trabalhar nas Comunidades de Base, orientanto os universitários. Paulo Freire desconhece tais planos mas promete estudá-los "quando me propuserem".

Numa rápida coletiva concedida aos jornalistas, Paulo Freire diz: "Considero que minha volta à Univ. Brasileira é uma tarefa a mais, a Universidade é um ambiente para exercer minha curiosidade permanente, mas não a vejo como um caminho de salvação. Sou humilde sobre o que se pode fazer com as Universidades. Mas o que se pode, se deve fazer".

CeTeC
CENTRO TÉCNICO DE CÓPIAS
Xerox - Off-set
Heliografia - Apostilas
Teses
RAPIDEZ
QUALIDADE
• SIGILO •
Tel.: 262-8870
Matriz:Rua Bartira,409



A vez do povão

Dia 21/8 houve uma mesa-redonda sobre "Universidade Católica e Desenvolvimento Social". Contribuições de D. Paulo, Plínio de Arruda Sampaio, Severo Gomes e Edênio Valle. A reflexão comum às colocações foi acerca da necessidade da Univ. aprender com o povo, assumir cientificamente suas lutas e purgar as imagens triunfalistas acerca de seu lugar nessas contradições.

Houve também um debate em que saiu de tudo um pouco, desde a riqueza do Vaticano e orçamento da Cúria de S. Paulo, o número de bolsas que a Cobertores Parahyba deve dar, até a data das eleições para Reitor da PUC. Muitas questões provocaram em D. Paulo uma reação entre firme e bem-humorada: "Em vez de nos considerarem seus inimigos, vocês devem procurar conosco uma alternativa de sociedade: vocês devem bater no peito porque quase nada fizeram com os pobres."

DOM PAULO: SER POVO NA UNIVERSIDADE

"Houve tempo em que a Univ. trabalhava contra o povo, "atacou" D. Paulo. Houve tempo em que ela pensava no povo, chegando depois a trabalhar para o povo. Deve chegar o tempo em que a Univ. trabalhará com o povo, com os camponeses e operários. Esta nova Univ. será o lugar onde o povo se exprime, já que não pode ainda estudar nela. Cabe a nós ser povo na Univ.: estabeleçamos relações novas para o futuro através de uma visão global do que o povo anseia. Ou a Univ. precede a História em alguns anos ou então será um museu".

E finaliza": A Univ. tem que analisar as causas dos grandes males, tem que descobrir modos de participação das massas. O alunado atual esteja preparado para fazer História com o povo, para que a produção venha a beneficiar a quem produz e não traga lucros às multinacionais. DIZER abstratamente a vida do povo, será uma forma de instrumentalizá-lo vilmente."

PLÍNIO: NÃO SOMOS LÍDERES

"A perspectiva histórica para a Univ. é a opção pelos pobres. Há 479 anos a massa serve à elite. O desenvolvimento social é fazer a massa participar da técnica de produzir, é lutar pela participação popular em todos os níveis. Existe uma esquizofrenia cultural que nasce da divisão entre o saber da elite e o problema do povo. Nossas teorias importadas nos apresentam falsos problemas e elaboramos soluções distantes do povo. Nossa técnica reduz o domínio do povo sobre a condução das soluções: devemos buscar junto com ele, não como príncipes a fazer benemerência mas como quem vai aprender com o povo. Este processo não se faz do dia para a noite, mas exige nossa conversão pessoal. É necessária a revisão das imagens sobre nosso papel (não somos líderes), através de uma pesquisa universitária na ação engajada e da ligação orgânica com os movimentos populares. Em suma, a Universidade não é da classe média mas pertence à população de S.Paulo".

SEVERO: ANTAGONISMOS DISSOLVIDOS

"Desenvolvimento social é mobilização da sociedade para influir no próprio destino. Nossa consciência cultural não entrou na problemática política, ocultando o problema de classes, os antagonismos. Nosso passado está recheado de modelos de dissolução: Ruy Barbosa queria ver as expressões 'classes' e 'antagonismos' banidas de nosso vocabulário político pois no Brasil as raças se misturam e as oportunidades são iguais. Outra forma de reprimir é atribuir às elites o papel de intérpretes das aspirações nacionais e de educadores dos valores do povo.

É preciso romper com os estados mentais: desenvolvimento cultural não existe sem a mobilização popular. A Univ. seria o local apropriado para se elaborar esta visão crítica."

EDÊNIO: SAIR DA AMBIGÜIDADE

"Os conceitos de Universidade, Católica, Desenvolvimento Social são ambíguos, podendo servir a objetivos contraditórios entre si. Por exemplo, o termo **Desenvolvimento** freqüentemente aponta uma trilha já feita pelos países ditos desenvolvidos e que deve ser trilhada pelo 3° Mundo. Desta forma há uma submissão ao capitalismo, dependente e associado. O desenvolvimento social seria instrumento das minorias nacionais para se servirem desta dependência da massa. Esta espécie de crescimento provoca a pobreza.

Que sociedade esse Desenvolvimento está construindo? Esta resposta, a Univ. tem que dar não de fora, com alienação, mas de dentro, reconhecendo seus limites, que ela não é o centro de decisões da sociedade. O modelo que serviu de origem às nossas Univ. Católicas esteve a serviço de interesses sociais identificados com a Igreja, dotada talvez de pureza de intenções mas certamente com muita ingenuidade. Agora faz-se uma descoberta das opressões: o serviço da Igreja dá-se na contradição, no conflito concreto. Aí há espaço para a ciência brasileira, que participe da caminhada do povo. Assim, a Univ. retomará seu destino, que ela ainda não encontrou.

TELEFONISTAS

BETHÂNIA PÁRA A PUC

(REPORTAGEM DE JORGE D. PESSOA)

"Didi" e Conceição

Em agosto, uma linha telefônica aqui dentro talvez custasse mais caro que um ingresso para o show. Telefonar de fora para cá era a mesma batalha. Saiba por quê.

As telefonistas da PUC às vezes ficam zonzas. Outro dia ligaram pra cá: "É do TUCA?". A resposta foi meio mecânica: "E sim". "Você é a Bethânia?". "Sou", disse a telefonista, já no fim do turno. "Bethânia, como vai? Sou sua fã, gostaria tanto de poder vê-la!".

As telefonistas são uma espécie de linha-de-frente: aguentam os trancos mais fortes e passam a informação de forma mais bem educada. Eis o que sentem e algumas de suas curiosas experiências.

INVASÃO

"O dia 22/9/77 não será fácil esquecer, conta a Didi. Estávamos em serviço eu e a Cida, que está no *campus* Paranaguá. Ela atendia às chamadas chorando. Nós duas com o maior medo. O pessoal das Perdizes foi muito legal: ligaram para nós e nos consolavam com palavras gentis. Houve um momento em que eu fui espiar na janela quando vi o oficial apontando pro meu lado. A seu lado, um soldado com um lançador de bomba. Não sei se foi medo ou reflexo: fechei a janela, a bomba bateu na madeira e foi estourar lá fora.

Tínhamos que sair do prédio. Fui dar uma verificada nos corredores para ver se havia segurança. Aí apareceram soldados armados até os dentes, com cacetetes enormes. Eles invadiram o almoxarifado atrás de uma pessoa. Disse-lhes que era funcionário da PUC mas recebi uma boa resposta. Acabou que eles mesmos nos escoltaram para fora do prédio."

BETHÂNIA

Em agosto, a PUC quase pára. Ficamos à disposição do teatro quase o dia inteiro: atendíamos as ligações somente para o show da Bethania. Isto é prejudicial para nosso serviço porque passam aqui e dizem que a gente não fica fazendo nada nem atende aos chamados internos."

Pra você ver, dizem as telefonistas, uma pessoa ligou pra gente e por toda lei queria saber se a cantora recebera uma cartinha que ela havia mandado na semana anterior. Esta pessoa não aceitava nossas explicações de que não é possível saber dessas coisas." Na época do Vestibular, há quem nos ofereça boas quantias de dinheiro para a gente tentar descobrir algumas questões das provas, pedem que a gente dê uma mãozinha: há mães que ligam pra ca pedindo pelo amor de Deus que a gente ajude a filha a passar..."

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Segundo as telefonistas, o PABX já não dá conta do serviço. Ressalta saber que "no momento não é possível instalar outro aparelho mas o ideal seria comprar um idêntico ao atual, onde 2 telefonistas poderiam operar ao mesmo tempo, atendendo a todos". Quanto à sala, gostariam que fosse mais bem conservada, sem o "entulho" dos outros setores da Universidade. "Uma boa limpeza, pelo menos acabaria com as pulgas e baratas", reivindicam.

Atualmente, uma telefonista ganha Cr$ 5.641,00. "Sabemos que as telenistas aí de fora ganham muito bem. Conhecemos a situação da PUC, que não pode melhorar nossos salários. Gostaríamos apenas de ser reconhecidas como seres humanos, que soubessem nossas dificuldades."

FALTA DE EDUCAÇÃO

"Embora haja exceções, muitos nos confundem com uma máquina. O pessoal da cúpula e alguns alunos são super-educados conosco, mas há quem pense que somos suas empregadas particulares, nos maltratam com palavras. Ficamos quietas porque dependemos do serviço: não é numa Universidade que se dá educação, ela tem que vir do berço. Não conhecemos todo mundo com quem a gente conversa nos telefones. Temos amigos e muitos conhecidos mas gostaríamos de conhecer a todos e que pudessem entender que temos momentos de nervosismo. Há épocas em que nos revezamos de hora em hora, quando não agüentamos mais ou nossa educação começa a ficar abalada."

Foto Maurício Gonçalves

FOME LIVRE DE IMPOSTO

MAURÍCIO GONÇALVES
(Instituto de Estudos Especiais)

A maioria das pessoas que transita pela Zona Franca de Manaus, desconhece o drama que se desenrola às margens do Amazonas, dezenas de quilômetros dali a disputa pelo mais recente modelo de Tape-Deck não concedem trégua àqueles novos bandeirantes da era capitalista. O Rio Amazonas é também um enorme magazine que permite acesso gratuito a "mercadorias" estranhas.

Quinzenalmente, uma embarcação de porte médio deixa Manaus com destino a Belém. São 120 hs Amazonas abaixo. Alguns camarotes de 1ª 2ª classes em cima e dezenas de redes lá no fundão, rente à água.

Aos poucos, as cidadezinhas e os pequenos povoados vão rareando. Surgem muito lentamente, os verdadeiros atores dos próximos cinco dias da viagem. Moradores ilhados ao longo do Rio Amazonas, aproximam-se do "navio" com suas canoas, na esperança de que lhes sejam jogados alguns produtos supérfluos pelos beneméritos turistas.

O navio não pára. O tempo é curto. Em segundos já não haverá mais ninguém que concretize a esperança. O sonho se consome em duas ou três ondas. O pessoal da tripulação e da 3ª classe — platéia constante do mesmo drama — já estão munidos de numerosos sacos plásticos bem amarrados, contendo bolachas, balas, pão, remédios, latas vazias e iniciam esta "desova" às avessas.

O pessoal de cima — as 1ª e 2ª classes —, convidados inesperadamente a participar de jogo tão inusitado, inaugura desastradamente sua participação, jogando na água punhados de moedas e notas de pequeno valor que são preteridas por mercadorias de consumo mais necessário e imediato.

O rio Amazonas transforma-se subitamente numa arena aquática onde, entre remos e braços, pedaços de pão e pacotes de bolacha são disputados como nacos de carne entre feras famintas: mulheres grávidas, crianças, velhos, cegos e aleijados. Modernos gladiadores da Amazônia aguardam, durante 15 dias, a passagem daquele monumento de ferro, apinhado de gente estranha, que distribui bens preciosos.

Os "paulistas" — é assim que eles chamam aos passageiros do navio — transportam algo mais que o peixe e a farinha do ano todo. Bem-vindos portadores do progresso, do poder e da riqueza.

Órfãos antigos da borracha e da castanha, eles permanecem às margens do grande rio e da sociedade, transmitindo à sua prole a miséria ancestral. Em seus olhos escancarados e aflitos a estampa nítida dos herdeiros da fome, isenta de imposto; orfãos eletrônicos do desenvolvimento desigual.

VIA VENETO CABELEIREIROS

DESCONTOS DE 50% PARA AS ESTUDANTES

R. Martin Francisco, 449 Higienópolis Fone: 67.0539

Rua Monte Alegre, 711 Perdizes Fone: 263.9857

Rua Mercedes, 584 City Lapa Fone: 261-1471

R. Dr. Veiga Filho, 778 Pacaembu Fone: 825-4857

Rua Afonso Brás 375 Ibirapuera Fone: 542.2168

Quadro de Cargos e Salários

Benvindo Seja?

Na nossa edição anterior noticiamos que a PUC, visando maior justiça e racionalidade de salários e cargos administrativos, começará a aplicar um plano que vai estender-se sobre os 900 funcionários atuais, além de determinar uma política de contratações futuras. PORANDUBAS ouviu o Prof. Ary Henrique de Oliveira e Souza que faz 1 ano elabora este plano pioneiro a nível de universidades.

UMA GRANDE CONFUSÃO

Porandubas: Como começou essa coisa toda?

Ary: Recebi um recado da Profª Cecília Bergamini: "A PUC quer desenvolver um trabalho na Política Salarial da área administrativa. Indiquei seu nome. Se tiver interesse entre em contato com a Reitoria". Isso foi em setembro de 78. Convocado para um contato pessoal me assustei diante de uma reunião "em grande estilo" Presentes os Vice-Reitores (D.Nadir encontrava-se em viagem no exterior) e o pessoal de primeira linha administrativa. Perguntaram-me sobre meus trabalhos anteriores e sobre o que poderia vir a ser feito na Universidade, quais os produtos finais e qual o custo. Fiquei de apressar uma proposta escrita para ser analisada.

Porandubas: E que trabalhos você já desenvolveu nessa área?

Ary: Trabalhei por 6,5 anos no metrô, em 72 desenvolvemos uma estrutura de cargos e salários que nos anos seguintes, foi desdobrada em 4 outras estruturas; para executivos, para técnicos, para administrativos e para operacionais. Essas estruturas vigoram até hoje. Desenvolvemos também trabalhos em São José dos Campos, para Prefeitura e Empresa de Urbanização. Atualmente prestamos serviços na área de Recursos Humanos, junto à CMTC e à IAP-Fertilizantes. Também fui Assessor junto a Presidência do Conselho Estadual de Politica Salarial.

Porandubas: Daí você arregaçou as mangas....

Ary: Bom, a minha proposta foi aceita em outubro pela Reitoria e a primeira etapa foi obter junto à Seção de Pessoal os dados para diagnóstico da situação: relação de cargos e salários, distribuição do pessoal por cargo e por unidade administrativa, estudos desenvolvidos anteriormente, etc..

Percebi, à primeira vista, grande disparidade: cargos de mesmo título com variedade muito grande de salários e grande diversidade de títulos para atividades aparentemente iguais.

Para conhecer melhor a realidade, preparei um questionário aberto, para ser aplicado a uma amostragem da população de cada cargo, pedindo informações sobre as atividades desenvolvidas. Muita gente que não havia sido incluída na escolha da amostra quis também preencher questionários; chegamos a 565 respostas num total de 900 funcionários. Em Sorocaba não deve ter ficado ninguém sem responder.

Paralelamente, mantive contatos com pessoas indicadas como mais significativas, em função do Cargo ocupado; Professores Penteado, Ary Alcaraz, Nagamine, D. Marina e outros que completaram as informações da Seção de Pessoal.

Porandubas: O que você fez com essas informações?

Ary: Foram traduzidas em "descrições de cargo", para serem conferidas pelas pessoas às quais tais cargos se subordinassem. Assim pudemos chegar à forma final dessas descrições. No início encontrei cerca de 150 títulos de cargos que foram reduzidos para 50.

Porandubas: Elaboradas as descrições de cargos, você já tinha elementos suficientes para definir a nova estrutura de cargos?

Ary: Essa foi a primeira fase dos trabalhos. Com os cargos descritos, foram feitas duas pesquisas, uma interna e outra externa. A interna visava verificar quais os fatores, e com que ponderação, deveriam ser utilizados para a determinação do valor relativo interno dos cargos. Foram consultadas cerca de 30 pessoas para se chegar a alguns fatores de avaliação como instrução, experiência profissional, responsabilidade por supervisão, por reformulações confidenciais, etc... Cada fator foi subdividido em graus e a cada grau foram atribuídos "pontos". Dessa avaliação participam toda a Reitoria e outras pessoas por ela designadas. Pudemos, assim, escalonar os cargos escolhidos, definindo seu valor entre si.

A pesquisa externa foi feita junto a 6 instituições de ensino superior (FGV, OMEC, OBJETIVO, FAAP, S.JUDAS, FARIAS BRITO e MACKENZIE). Os resultados não foram tão consistentes, devido às diferenças de atribuições dos cargos pesquisados, ao tamanho da amostra, etc. Percebemos que os salários mais baixos da PUC estavam acima da média encontrada, enquanto que nos salários de médios para altos, a PUC pagava na média.

Os valores dos cargos, com seus "pontos," foram comparados aos valores médios do mercado: pudemos estabelecer classes salariais compostas de 8 valores cada uma. O valor médio do mercado foi considerado como "valor de efetivação", os demais valores, previstos para futura diferenciação salarial decorrente das diferenças de desempenhos pessoais, poderão vir a ser utilizados quando a PUC contar com um instrumento de Avaliação de Desempenho Funcional, cuja instauração recomendamos à Reitoria.

NA PRÁTICA A TEORIA É OUTRA

Ary: Estava tudo pronto. Só que houve um pequeno porém: os resultados técnicos mostravam que, na implantação, a PUC deveria arcar com aumento nas despesas com pessoal. Isto não seria possível porque havia acabado de atender às reivindicações da Afapuc no sentido de fixar o piso salarial e de conceder aumento de 10% para todos os que ganhavam até 4 salários mínimos. Foi necessário proceder a uma adaptação dos resultados técnicos à realidade. Então consideramos como "valores de efetivados" (os atribuídos após o período de experiência) os valores obtidos através dos aumentos acrescidos a partir de junho. Para tanto, verificamos os salários mais constantes para cada cargo e, a partir daí, construímos nova tabela salarial. Para a PUC, o mais importante seria dispor de instrumento que permitisse estabelecer critérios uniformes, equitativos e de tratamento salarial, independente do maior ou menor poder de influência, força ou persuasão das unidades administrativas.

OS DONOS DO PODER

Porandubas: Quer dizer que existem na PUC focos de poder?

Ary: Não é bem isso. O que devo dizer é que encontrei na PUC uma diferença muito acentuada entre cargos e salários nas várias áreas de trabalho.

A situação atual é, em parte, explicável pela própria formação da PUC que foi agregando Faculdades já existentes que, com o pessoal, trouxeram procedimentos salariais diversos. Isto não poderá ser corrigido de uma vez mas aos poucos será possível.

Porandubas: Quer dizer que não vão ser corrigidas as distorções salariais existentes hoje?

Ary: Não. Isso só seria possível mediante uma decisão que nem a PUC quer nem eu jamais recomendaria. Dispensar todos aqueles que não puderem ser enquadrados nos salários de efetivação, tendo um novo início, sem diferenças. Teríamos a aplicação de um resultado meramente "técnico". E é isto que importa? Claro que não!

CARGOS EM EXTINÇÃO

Porandubas: E como é essa história de "fora de faixa" e "cargos em extinção"?

Ary: Parece que a ventilação dessas expressões já causou um certo mal-estar. As pessoas pensam que podem ser mandadas embora ou que isso é uma espécie de demissão branca. Não é nada disso. *"Fora de faixa"* aplica-se às pessoas cujo salário atual (e isso não é por culpa delas) é maior que o limite da classe a que pertence seu cargo. "Cargo em extinção" aplica-se aos cargos (não às pessoas) cujos títulos e salários não se enquadram no Quadro de Classificação de Cargos a ser aprovado.

São títulos que não correspondem à realidade das atribuições, com salários indevidos a essas atribuições, quando comparadas ao conjunto de cargos. As pessoas cujos cargos forem incluídos no "Plano em Extinção" permanecerão com seus títulos e salários atuais mas não poderão ser tomados como comparação por ninguém. Quando vagarem estas posições, os substitutos serão contratados nos títulos e salários do novo *quadro de classificação*. Só isso. E tanto os "fora de faixa" como os "em extinção", daqui para a frente deverão ter direitos apenas aos aumentos de lei e não aos aumentos chamados de liberalidade, como o de junho, por exemplo.

Porandubas: Comenta-se que seu trabalho técnico foi modificado por interferências da Reitoria e de algumas poucas pessoas que tiveram acesso na fase de elaboração final.

Ary: Tal afirmação é injusta. Devo dizer que meu trabalho contou com todo o apoio da Reitoria e das áreas responsáveis pela Administração de Recursos Humanos e pelo Planejamento Acadêmico, quase até a exaustão. Por outro lado, manter á margem dos trabalhos a área que, por definição, administra Recursos Humanos ou que tem por Função o Planejamento Acadêmico, seria ignorar as responsabilidades internas e impor resultado para serem administrados sem a devida participação em sua elaboração.

ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Porandubas: E a AFAPUC foi ouvida?

Ary*: Uma associação de funcionários deve ter o direito de manifestar as reivindicações dos associados mas nem por isso deve participar efetivamente de um trabalho de natureza técnico-administrativa. Foi feita uma reunião com a Diretoria da Associação, há cerca de um mês e explicados os procedimentos adotados, as etapas e os resultados obtidos. Não tive notícia de um parecer deles a respeito.*

Porandubas: Como são os extremos da Tabela Salarial?

Ary: *A tabela parte do piso salarial de Cr$ 4.000,00 e tem um limite superior de aproximadamente 16,5 vezes esse piso se considerarmos o último valor da tabela.*

Porandubas: E isso corresponde ao mercado de trabalho?

Ary*: Não. O mercado é mais agressivo, sobretudo se considerarmos outras empresas não voltadas ao ensino. Mas corresponde a uma política interna de distribuição salarial mais equilibrada e, portanto, mais justa. Corresponde ainda à realidade econômico-financeira da PUC. E mantém maior equilíbrio com relação à remuneração do pessoal acadêmico.*

Porandubas: Quando vai entrar em vigor o novo Quadro de Classificação?.

Ary: A Reitoria já considerou como aprovado os resultados devendo vigorar a partir de 1º de setembro. Falta, entretanto, a aprovação oficial que deverá ocorrer nos próximos dias. A Coordenadoria de Recursos Humanos preparará às comunicações aos Supervisores e a cada funcionário individualmente e processará as alterações cadastrais.

Reforma dos Estatutos

Mudar ou Sufocar

Esta edição fechava quando se teve notícia de que ao lado do Centro de Ciências Humanas, também o Centro de Educação promoverá atividades de revisão dos Estatutos. TODOS ESTÃO CONVIDADOS. Os trabalhos serão os seguintes:

Dia 8, manhã e noite: Debate dos representantes das Entidades (Profs. Func. e Alunos). Tarde: Grupos de trabalho sobre vida comunitária, relação acadêmica, administrativa e qualidade de ensino.

Dia 9: (manhã) Programação das faculdades; (tarde) Grupos de Trabalho; (noite) Mesa-redonda sobre democratização da Universidade.

Dia 10: Programação a cargo das Faculdades.

Dia 11: Plenário final, conclusões.

Dia 12: Plenário final, conclusões.

PORANDUBAS agradece, à Comissão encarregada, o material-subsídio que publicamos nas páginas seguintes.

Origens e Conseqüências

(JOEL MARTINS)

Os estatutos da PUC/SP tiveram sua origem após a promulgação da Lei 5540 de 28 de novembro de 1968. A Lei expressa que as Universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar administrativa e financeira. Determina ainda que a organização e o funcionamento das Universidades e dos estabelecimentos isolados serão disciplinados em estatutos e em regimentos das unidades que as constituem, os quais serão submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente. A Lei diz que o Departamento das Universidades será a menor fração (artigo 12).

MEC - USAID

Dessa forma, a primeira tarefa da PUC/SP, em 1968, foi organizar uma comissão para estudar a implantação da nova lei que então regulamentava a Universidade no Brasil. Todo o trabalho de elaboração de um projeto e construção de um esquema organizacional, além dá indicação dos itens constitutivos dos estatutos, foi grandemente tumultuado pelos movimentos estudantis.

Divulgou-se que a Lei 5540, como qualquer estrutura resultante, deriva de uma interferência direta de um órgão denominado "United States Aind Development" que parecia ter firmado convênio com o Ministério da Educação, gerando então a sigla MEC-USAID. Todos os professores da Universidade e técnicos preocupados com a reforma da Universidade passaram, então, a ser denominados de agentes do MEC-USAID.

O clima em 68 impediam um reflexo matura com a população universitária, dividida em grupos que não partilhavam dos mesmos interesses. O documento final, elaborado para reorganização da PUC/SP, foi publicado e divulgado entre professores e alunos. Houve uma recusa absoluta por parte de todos os que deveriam estar interessados. Todavia, impunha-se a estruturação da Reforma Universitária, uma vez que a Lei fora sancionada. O governo forte manteve as estruturas dominantes: os que discordavam dela foram alijados. Dessa forma, procedeu-se à reforma universitária e surgiu o novo modelo organizacional com os seus estatutos e regimentos.

Entre os anos de 1968 a 1973. Vem o surgimento, elaboração e consolidação do modelo seguido pela PUC, elaboração dos estatutos e do regimento. O período seguinte, que se iniciou em 1972 e terminou em 1976, coincidiu com a Reitoria de Geraldo Ataliba que organizou novos estatutos e regimentos que regem a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo até o presente momento. Agora é sentida a necessidade urgente de modificação dos estatutos insuficientes para regerem a vida da Universidade.

POSIÇÃO DO PÓS

Segundo a Lei 5.540, os Programas de Pós-Graduação distribuem-se em duas grandes categorias; de um lado os cursos de mestrado e doutorado e do outro, os cursos de aperfeiçoamento.

Ambas as categorias são regulamentadas diretamente pelo Conselho Federal de Educação que conceitua os cursos de Pós-Graduação e baixa normas gerais para sua organização, dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos neles realizados terem os cursos respectivos credenciados por aquele órgão. As Universidades credenciadas, que estivessem desenvolvendo programas de Pós-Graduação, poderiam continuar a expedir títulos de Doutor, em caráter excepcional, diretamente, por defesa de tese, a candidatos de alta qualificação científica, cultural ou profissional, apurada mediante exames de seus títulos. Esta prorrogativa manteve-se na PUC/SP, especialmente para as Faculdades de Direito e de São Bento até 1972. Os professores provenientes da Fac. Sedes Sapientiae tinham seu próprio programa, e ainda de acordo com este Decreto-Lei 464 de 11/02/69 garantidos seus direitos de expedição de diploma de Doutor.

Em 1969, através da Portaria do Conselho Federal de Educação, foram organizados os programas de Pós-Graduação no país. A PUC/SP iniciou sua atividade ao nível de Pós-Graduação, credenciando três programas.

Não foi cogitação da Reitoria, na ocasião da elaboração da estrutura a da Universidade, a regulamentação do Pós de maneira formal, uma vez que o Setor foi regulamentado por resoluções, desde a sua criação.

GRADUALISMO AUTORITÁRIO

Entre 1972 e 1976 vários momentos tiveram reflexos profundos na construção dos estatutos e, conseqüentemente, no regimento interno. O Reitor em exercício, no período de 1972-1975, nomeou comissões que deveriam modificar completamente os Estatutos e o regimento interno. Estas comissões, inicialmente, muito democráticas no seu trabalho, gradualmente tornaram-se mais autoritárias. Portanto não é de se surpreender que, em alguns aspectos, os Estatutos sejam insatisfatórios e até contraditórios.

O mesmo vale para o regimento interno. O setor da Universidade que elaborou os primeiros estudos para o desenvolvimento do modelo, assim como as normas estatuárias, foi completamente marginalizada, assim como o Consultoria Jurídica. Tais atividades foram desenvolvidas por outros indivíduos que não haviam acompanhado processo histórico.

O Setor de Pós-Graduação continuou sob resolução que normatizava apenas um aspecto do seu trabalho. Os cursos de especialização, Pós — Graduação — "Latu Sensu", nunca foram regulamentados e continuaram seus programas sem possibilidade de credenciamento ou benefícios acadêmicos para aqueles que os concluiam.

Dessa forma, não obstante a produtividade dos programas de Pós-Graduação, nunca foram eles incluídos de maneira formal na estrutura da Universidade, sempre sustentados pelo empenho em relação ao nível de qualidade crítica na abertura de novas perspectivas científicas, pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais.

"Estamos Asfixiados"

O prof. José Nagamine, um dos mentores da Reforma da PUC em 68, analisa o Movimento atual de revisão dos Estatutos (Depoimento concedido a Samira Challub).

Samira: *O que significa o estatuto ser uma "colcha de retalhos"?*

Nagamine: O estatuto da PUC consagra uma estrutura, um tipo de organização. Quando se considera estrutura/organização necessitamos de um instrumento para realizar objetivos e ideais para a instituição universitária. Objetivos não caem do céu, nem são uma abstração: são consequências de uma teoria/filosofia — que possibilitaria a práxis coerente com a estrutura/organização.

Estatuto e regimento são um conjunto de normas de procedimento, são instrumentos que definem uma estrutura, que realiza os objetivos. Isso me parece fundamental.

A reforma tem um histórico: ela não saiu de uma hora para outra. Foi conseqüências de estudos, debates, preocupações de professores até mesmo antes de se falar em reforma da Universidade.

Quando a discussão se tornou sistemática, quando surgiu o projeto de Darci Ribeiro na UNB e quando a política estudantil com certa sensibilidade, percebeu a problemática, lançando-a no Congresso, nas ruas, então tudo isso, tornou-se também uma preocupação para a Nação.

Samira: *E na PUC, como foi a Reforma?*

Nagamine: Um grupo de professores, de técnicos já havia sedimentado uma série de idéias. Quando surgiu a oportunidade de uma reformulação estávamos prontos para colocar no papel as idéias sistematizadas. A partir dos documentos da Igreja que também já formulava sua perspectiva educacional, e de outros mais amplos, tentou-se formular a reflexão: o que era a universidade naquele momento na década de 60.

A partir desses encontros se pensou numa filosofia da educação em relação à estrutura que se julgava ideal. Na universidade falava-se, não em reforma, mas em reestruturação para poder desencadear um processo de reforma universitária. Daí a discussão passou a grupos maiores, aos Órgãos Colegiados, e a especialistas, que encontraram resistência.

O apego à estrutura leva a uma atitude de defesa, quase que automática: *"onde é que eu fico nisso aí"*?, não se discute mais em nível técnico-científico, amplo. Não tínhamos ainda, a nível docente, a discussão ampla sobre reformulação. Alguns apenas tinham essa preocupação. Portanto, a discussão ampla levou à desintegração da lógica inicial que vai se perdendo.

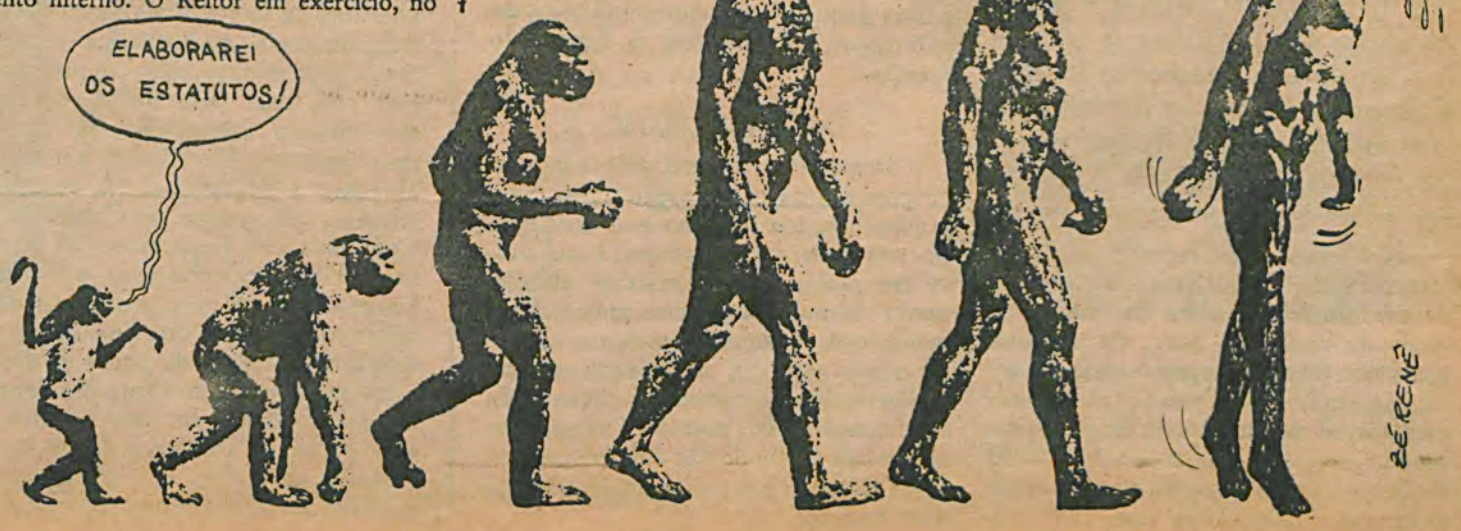
Das idéias iniciais — construir um estatuto para a estrutura — até o ponto final de aprovação, foi uma distância enorme. Daí a fragmentação, a bricolagem, a colcha de retalhos. Isso porque cada um discutia no seu universo particular.

DEPARTAMENTOS. CARREIRA, FACULDADES: A SAÍDA?

Samira: *A atual reformulação do estatuto não correria o mesmo risco de desintegrar-se?*

Nagamine: Creio que não, pois o progresso é grande. O que chamavámos de "processo de reforma" é irreversível. Não creio que a atual discussão sobre a reformulação dos estatutos vá restringir-se aos orgãos colegiados: é o momento de toda a comunidade participar, como vem ocorrendo. É o momento de consolidação e, ao mesmo tempo, de revisão de nossos erros e acertos, concretamente.

Sinto que alguns setores estão saudosistas: não entenderam que reforma é processo.



Reforma dos Estatutos

Mas há uma abertura para a reformulação em outros setores.

Samira: Conceito de Departamento?

Nagamine: É uma equipe especializada num setor do conhecimento humano em termos didáticos, científicos. Não é nem aglomerado de professores, nem de disciplinas. Na medida em que cada um se especializa, deveria trabalhar nas disciplinas integradas. Isso é um desafio para os Departamentos

O Departamento tem que se organizar para que cada professor tenha claro seu desempenho no semestre e que no ano seguinte pode mudar. Defendo a dinamização do departamento para que seu funcionamento se ligue a essa entrada e saida de experiências de ensino e de pesquisa. Assim é fundamental, a reformulação da relação professor-professor. Um desafio que emerge no sistema de ensino; ele é altamente competitivo. Como trabalhar em termos de equipe?

Pretendo, desenvolver idéias a este respeito em termos de modelo organizacional.

Samira: Por que você se baseia nos Centros e não nas Faculdades?

Nagamine: Eu não acredito mais em termos de Faculdades - quanto mais se divide mais difícil fica para se montar uma sistemática dentro da universidade. Não precisamos pensar, necessariamente o mesmo modelo: centro, faculdade, departamento. São 5 ou 6 instâncias, é extremamente complexo. Mas teria que haver um modelo coerente com uma teoria, não ? Depende do que se propõe e de que haja uma boa assessoria técnica e administrativa.

Surpresa: Podemos Participar

Convidados pelo Centro de Ciências Humanas, os funcionários administrativos da PUC, através da AFAPUC, também participarão dos estudos e debates programados para a Semana da Universidade, em torno do projeto de reforma do Estatuto da PUCSP. PORANDUBAS ouviu um grupo de funcionários sobre o assunto.

Porandubas: Como os funcionários receberam esse convite para debater os estatutos?

Funcionários: Quase que com euforia, porque o pessoal administrativo estava sempre afastado das decisões da Universidade. Fomos solicitados apenas para pareceres técnicos mas jamais participamos de uma reforma de estatuto, por exemplo. O quadro administrativo jamais opinou nas decisões de relevo, até mesmo naquelas em que era o maior interessado, agora, com o posicionamento democrático da atual Reitoria e a fundação da Afapuc, a situação está se modificando. Agora temos representante no Conselho Consultivo de Administração e Finanças da Fundação, também escolhemos, em votação direta, nosso representante no Conselho Universitário, pois pelo atual estatuto isso é possível.

Numa pesquisa feita há dois anos ao corpo administrativo, nem 5% sabia quem era o seu representante no Conselho Universitário. O funcionário que ocupava o cargo não tinha culpa pois a nomeação era feita pelo próprio Conselho, com pouca divulgação entre os funcionários. A Afapuc ainda não existia e a turma estava alienada mesmo!

MÃOS À OBRA

Porandubas: E quanto à revisão dos estatutos, o que está sendo feito?

Funcionários: Inicialmente, a AFAPUC enviou o estatuto às chefias dos setores administrativos, solicitando que todos debatam e nos enviem os resultados. A grande maioria dos funcionários administrativos não sabe dos seus direitos estatutários. Agora também estamos participando e com justiça. Perto de mil pessoas formam o corpo administrativo da PUC. Muitas e muitas crises já foram contornadas na nossa comunidade com a efetiva atuação do pessoal administrativo. Na área financeira, inúmeras vezes nestes trinta e três anos. Nos vestibulares unificados, onde fomos pioneiros, a atuação dos funcionários administrativos foi marcante. Houve assessoria quanto ao aumento do patrimônio econômico da Universidade. É verdade que tudo isso faz parte das nossas funções, mas não é menos verdade que a PUC cresceu sempre com essa elaboração.

ANTES TARDE DO QUE NUNCA

Porandubas: Por que tardou tanto a participação do pessoal administrativo no processo decisório?

Funcionários: No início a Universidade estava em formação e nela, ainda que de maneira indireta, a gente participava. Depois a PUC cresceu, modificou-se a sua estrutura, alterou-se também a situação política da Nação, fecharam-se as aberturas e nós, sabe-se lá por quais motivos, acabamos sofrendo influências dessa nova ordem. Aquietamo-nos aqui na Universidade, do lado de professores e alunos que, salvo exceções, também sofreram da mesma alienação. Agora os horizontes estão mais límpidos. Aqui na PUC a Reitoria vem mostrando uma carinhosa sensibilidade às nossas reivindicações, permitindo que possamos participar mais efetivamente dos problemas de toda a comunidade universitária. Afinal, o que todos queremos é uma PUC que corresponda a seus altos objetivos educacionais, cristãos, sociais e culturais, dentro do espírito evangélico de liberdade e caridade.

DIAGNÓSTICO DO DEPARTAMENTO
(M. Lucia Santaella Braga)

Pensar o departamento isoladamente da estrutura do conjunto da Universidade é fazer mistificação, camuflar o real. A função do Departamento se define como a parte que lhe cabe no latifúndio da estrutura que rege a Universidade como um todo.

CAPELINHA

Sob esse ângulo, o que é o departamento? É um conjunto (aglomerado?) de professores reunidos em função de áreas de conhecimento e de pesquisa (para não dizer pequenos-setores-do-conhecimento e de pesquisa-quase-inexistente) que se encontram para programar e avaliar acerca das disciplinas de determinados cursos de uma determinada Faculdade. Fora isso, mais nenhum poder de opinião e muito menos de decisão esses professores têm. Refiro-me à imensa maioria dos docentes e não a uma pequena minoria que já goza do privilégio de pertencer a órgãos de decisão.

AUTORITARISMO

Dentro de si mesmo, o departamento possui uma organização autoritária, a possibilidade de voto está esmagada por uma estrutura hierárquica que cresce em poder quanto mais se afunila. Nessa medida, a grande maioria dos professores é simultaneamente alijada do espaço político, imobilizada no quadrilátero do departamento, alienada da participação. São, portanto, meros executores da tarefa de dar aulas em cursos cujos destinos e transformação não podem decidir.

TRANSFORMAÇÃO

Eis um ponto fundamental: **transformação**. Uma estrutura universitária hoje, que não seja flexível para a transformacão, é uma estrutura caduca e rançosa, que tende a enrijecer a organização do poder. Cada vez mais ele tende a pequeninas reformas, encontrando novos nomes para coisas velhas, disfarçando o que o poder não continua no poder. A transformação real como qualquer coisa nascente, é tenra, e por isso tende a ser esmagadora pela estrutura velha.

Desconfio muito do poder, do poder dos Conselhos, do poder das minorias. Conselho deveria ser o conjunto daqueles que aconselham, que assessoram. Nesta medida, conselho seria o conjunto daqueles que detêm o saber e não a hegemonia do poder. Na maior parte das vezes, a estrutura do poder existe para velar a ausência de saber. Universidade e Poder é um casamento que não dá certo.

Acredito muito nos departamentos. Muita coisa deve estar aí brotando, borbulhando por debaixo das grossas solas do poder. Felizmente resta a esperança de que a corda não roa do lado mais fraco, o dos oprimidos.

UMA LEITURA DOS ESTATUTOS
(Comissão de Estatutos/APROPUC)

Por decisão tirada em Assembléia da APROPUC em maio de 1979, formou-se uma Comissão para exame crítico dos Estatutos da PUCSP. Essa Comissão iniciou pelo conhecimento aprofundado dos Estatutos. A seguir fez-se uma análise crítica das contradições básicas do Estatuto.

Bem cedo, a Comissão percebeu que o Estatuto é a atualização de uma concepção autoritária da Universidade que a fundamenta. Por mais que circule palavra Democracia da Universidade essa palavra só serve para escamotear uma estrutura autocrática na qual estamos plantados e pela qual somos regidos. A partir dessa contradição fundamental, a Comissão concluiu que não seria possível promover pequenos remendos no Estatuto existente. É preciso pensar um outro Estatuto, o que implica em repensarmos nesta Universidade uma outra Universidade.

ESTRUTURA AUTOCRÁTICA x PRA-13TICA DEMOCRÁTICA

O setor Acadêmico tornou-se simples executor e não planejador subordinado ao administrativo. Isso se expressa, através de definição de Normas que regem a contratação e dispensa de professores; Reformas Administrativas de cima para baixo; controle de todas as atividades Acadêmias (cursos, materiais, recursos, etc.).

A PARTICIPAÇÃO É SUBORDINADA À HIERARQUIA CORPORATIVISTA. Isso se expressa em Estrutura Hierárquica Horizontal: dentro de cada Departamento, célula básica de organização universitária, todos os professores têm voz, mas nem todos têm voto, subordinado à titulação. Há também uma Estrutura Hierárquica Vertical Sobreposta à Horizontal. A vertical se expressa em termos de Conselhos. Os Conselhos são: Departamental, de Centro, de Ensino e Pesquisa e Conselho Universitário. A passagem de um Conselho para outro é diretamente proporcional ao aumento do poder de decisão e inversamento e do Conselho departamental, indicado em lista tríplice por seus pares, os Diretores desses Conselhos não são eleitos, mas arbitrariamente indicados pela Reitoria (ou como reza o Estatuto: de livre escolha de Reitoria).

Cada um desses Diretores tem assento em três Conselhos, o que gera a monopolização do poder de decisão e o corporativismo, visto que a qualificação para esses cargos também se vincula à titulação. Assim os órgãos de decisão, presididos por docentes nomeados de cima para baixo, centralizam a participação na voz e voto de uns poucos que têm simultaneamente assento em vários Conselhos. A representação de docentes eleitos para esses órgãos é descentralizada, visto que cada representante tem voz em apenas um Conselho. O departamento, unidade das bases, exerce função meramente indicativa e apreciativa, bem como o Conselho departamental. Esse se organiza de maneira ambígua, pois os representantes docentes, que nele participam, são eleitos por categoria e não por departamento. A multiplicação de Conselhos representa uma ilusão de participação: o Centro de decisão se afunila. Quanto mais próximo da base está o órgão, mais o poder de decisão é substituído pela função meramente indicativa opinativa, quando esta função não é castrada, o que gera a aparência de participação: os professores falam, mas não podem agir.

A ASCENSÃO NA CARREIRA UNIVERSTIÁRIA RETARDADA, através da exigência de titulação, como conseqüência de sua vinculação à estrutura de poder. Além da dupla titulação, a criação de um quadro funcional com vagas restritas breca a ascensão na carreira do magistério, o que gera a vitaliciedade no poder. Desapareceu a cátedra, mas o seu princípio vitalício se mantém. A criação do "quadro em extinção" e a condição de "Vestibulando", própria do auxiliar de Ensino, marginalizam ponderáveis parcelas do corpo docente e reforçam a estrutura autoritária corporativista.

COLCHA DE RETALHOS

Estando a gestão da Faculdade centralizada no Conselho departamental, a interdisciplinariedade entre cursos de uma mesma faculdade é até possível. A interdisciplinaridade entre faculdades porém esbarra na contradição de professor de outro departamento ou facul-

Reforma dos Estatutos

dade poder ser recrutado para a docência, mas não tem possibilidade de voto, planejamento e pesquisa no curso em que se engaja, pois que participa do departamento de uma outra faculdade no qual se restringe a sua voz. Perde-se interdisciplinariedade, objetivo da Universidade. Sua estrutura que garante a integração do conhecimento a nível da produção científica, seja na pesquisa, seja na docência. A estrutura das Faculdades, enclausurando os departamentos, imobiliza e compartimentaliza a produção científica. Daí a docência efetivar apenas a transmissão diluída de conhecimento setorizado. Não obstante a Reforma Universitária ter pretendido criar uma nova Universidade, o que temos hoje é a UNIVERSIDADE COMO UMA COLCHA DE RETALHOS nas faculdades entre si e na separação do Básico, Profissional e Pós-Graduação.

Coordenação Didática

(Ana Ma. Cintra)

Foram entrevistados os responsáveis pela coordenação didática dos 11 cursos do Centro de Ciências Humanas.

PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL

Psicologia e Serviço Social mantêm um único curso em cada Faculdade, trabalham assim com comissões didáticas que apresentam pontos em comum. Enquanto na Psicologia a Comissão é composta por representantes dos 5 Departamentos da Faculdade, no Serviço Social ela se subdivide por períodos letivos, contando com dois professores e um aluno de cada turma. As tarefas desempenhadas pela Comissão Didática na Psicologia parecem mais complexas em função do tipo de currículo bastante flexível, com grande número de programas aletivos. No Serviço Social a tarefa deveria ser mais simples devido ao pequeno número de optativas oferecidas. No entanto, as Comissões acompanham cada período, zelam pela coincidência de programas e pelo próprio cronograma de cada semestre.

Ambas as Comissões são coordenadas pela Vice-Diretoria da Faculdade, promovem avaliação e integração dos programas de cada semestre, acompanham o andamento dos cursos e promovem a participação discente.

CIÊNCIAS SOCIAIS

A Coordenação Didática do curso de Ciências Sociais foi assumida pelo Diretor da Faculdade. No momento é indicada uma comissão coordenada pelo Diretor, constituída de um professor de cada um dos três departamentos. Esta comissão fará a coordenação didática do curso e promoverá a revisão curricular.

Nos cursos de História; Geografia; Língua e Literatura Portuguesa, Inglesa e Francesa (Tradutor/Intérprete) e Filosofia os chefes de Departamento específicos fazem a Coordenação Didática. Exceto os cursos de História e Geografia, onde é clara a relação entre a assessoria e o Conselho Departamental, nos outros cursos a responsabilidade direta pelo curso enfraquece o papel de assessoria.

Nestes cursos observam-se tendências para a constituição de Comissões Didáticas. É o que se verifica no curso de História e de Língua e Literatura Portuguesa. Neste último ocorria coordenação por período letivo com a participação de alunos e de professores. Tal procedimento propicia divisão mais racional das tarefas dos alunos e melhor integração entre programas.

CO-RESPONSABILIDADE

Nos cursos de Língua e Literatura Inglesa, Língua e Literatura Francesa e Filosofia, a responsabilidade do chefe dos Departamentos específico é parcialmente dividida com o próprio Departamento, levando a um "assumir junto".

NO curso de Filosofia a tarefa de coordenação é facilitada pelo currículo mínimo. A pré-Matrícula é precedida de um trabalho de avaliação dos programas feitos por cada professor. Desta forma todos os professores participam da orientação.

Para Língua e Literatura Francesa, embora o chefe do departamento seja identificado pelos alunos como responsável pelo curso, o entrosamento entre os professores facilita a coordenação. A integração de programas do Departamento de Francês decorre da boa diferenciação entre as disciplinas.

Este curso desenvolve-se satisfatoriamente devido aos encontros periódicos entres chefes de Departamentos.

No curso de Língua e Literatura Inglesa a avaliação, previsão e integração de programas é restrita aos Departamentos de Inglês e Lingüística, responsáveis pelo maior número de disciplinas do curso. Grande parte dos professores está em TI e TP. Assim, os alunos recorrem a qualquer professor para orientação. Os professores se orientam com o coordenador. Para a opção-Tradutor existe avaliação global, com a reunião de todos os professores dos Departamentos que ministram programas neste currículo.

JORNALISMO E SECRETARIADO

Os dois cursos mais novos — Jornalismo e Secretariado Executivo Billingue —são coordenados por um professor designado pelo Conselho Departamental. Neste caso fica mais claro o papel de assessoria prestado àquele colegiado.

No Jornalismo, as coisas têm sido resolvidas em reuniões gerais de professores para integração das disciplinas. A meta prioritária do trabalho é encontrar caminhos para que os alunos se assumam como universitários. A coordenação mantém encontros periódicos em classes, para expor o plano do curso além de orientação individual. Nas reuniões didáticas não comparecem alunos porque os professores aguardam que esse direito seja pleiteado.

DOCEIRA Ofner

ANÚNCIA:

Rua Augusta, nº 1611, loja 14
Tel.:288-2182

Rua Caiubi nº 215 —
Perdizes
Tel.: 65-4336

PRÓXIMA ATRAÇÃO
AGUARDE
Avenida 9 de Julho, nº 5.623
(esquina com João Cachoeira)

Av. Ibirapuera nº 3103 — loja 18
Indianópolis
Tel. 543-7266

Av. Brig. Faria Lima nº 1191
loja H 6 — Tel.: 211-9210

REITORIA

ORÇAMENTO RACIONALIZADO — A fim de garantir uma planificação mais harmoniosa e uma base comum para processamento do Orçamento determinou que a elaboração de proposta orçamentária para 1980 feita pelos vários setores deverá dividir-se em 3 partes: Serviços Existentes: Ampliação de Serviços e Investimentos. O ciclo Básico passará a se constituir como unidade de custos independentes, sendo que as disciplinas específicas farão parte do Básico para efeitos de programação orçamentária. **ATENÇÃO:** as propostas orçamentárias deverão ser encaminhadas à vice-Reitoria Administrativa até dia 30 de outubro, impreterivelmente.

JOÃO E CATÓLICAS (2º ATO)

Dia 6/9, a Reitoria esteve em Brasília para entregar ao Presidente um relatório da situação da Universidade Católica. Também foi solicitado que o Governo Federal firme um percentual de ajuda às Universidades Católicas para o ano de 79 para 3% das verbas aplicadas ao conjunto das Universidades Federais e que para os anos seguintes estes índices aumentem progressivamente de 5%, 7%, 9% e 10% de 1980 a 83. O presidente os atendeu cordialmente segundo palavras de Pe. Edênio Valle.

AUMENTO SALARIAL — Foi concedido aumento ao corpo docente de CR$ 1.000,00, conforme reivindicação da APROPUC, para os Auxiliares de Ensino.

SITUAÇÃO FINANCEIRA — Quanto à verba de CR$ 5 milhões solicitada ao MEC para o 1º semestre, chegou a metade há dias. Esta parcela, somada às entredas das inscrições do Vestibular garante os salários e os recentes aumentos até dezembro, quando então se fará recurso a empréstimos a bancos. (Informações da área financeira).

SEMANA DO PINDURA

O C.A. "22 de Agosto", inocente vítima de vandalismos recentes, tem por tradição promover uma "pindura" nos estabelecimentos da região. É uma das mais concorridas atividades da política estudantil, parece. Come-se e não se paga, deixando no lugar uma carta com o timbre da referida entidade. Até aí, tudo bem (como se diz). Contudo, compareceram os alunos a um de nossos anunciantes e na carta referiam-se a este Jornal como tendo indicado o local como "vítima". Já que é assim, concitamos aos interessados a dar uma "pindura" geral no C.A. em questão. Coisa horrorosa!

AFAPUC

CRECHE — Foi designada pela Diretoria da Afapuc uma comissão para estudar os problemas de ordem financeira da Creche PUC. A despesa mensal da Creche é de Cr$ 78.000,00; e os recolhimentos com pagamentos de taxa é de Cr$ 40.000,00, causando um déficit de Cr$ 38.000,00. É importante ressaltar que das 51 crianças, 24 são beneficiadas com descontos especiais, e 5 pagam taxa simbólica (Cr$150,00).

II CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALÃO. No dia 25 de agosto, foi dado início ao II Campeonato de Futebol de Salão, organizado pela Afapuc, e contando com 8 times inscritos.

O chute inicial foi dado pelo patrono do campeonato, Sr. José Feliciano Ferreira de Rosa Aquino, Secretário Geral da Universidade e funcionário mais antigo da PUC.

REPRESENTANTE NO CONSELHO UNIVERSITÁRIO — Em 23/06, realizou-se uma Assembléia Extraordinária para a eleição de um representante da classe junto ao Conselho Universitário. Houve divergências de opiniões acerca da oportunidade de realizar aquela Assembléia, pretendia-se maior prazo para a discussão dos nomes a serem indicados.

Contudo enviou-se ao Conselho Universitário uma lista tríplice formada por Antonio Penteado de Azevedo, Mauricio Gonçalves e Milton de Miranda, sendo este o escolhido.

CURSOS DE EXTENSÃO
(INÍCIO EM SETEMBRO)

1 — Introdução à Teoria Política
2 — O Professor Universitário em sala de aula: Prática e Princípios Teóricos.
3 — Sociedade Brasileira: Questões Atuais (Promove Depto. de Sociologia).
4 — Dificuldades Escolares
5 — Administração Financeira
6 — Professores do 3º Grau.

GRUPO DE SENSIBILIZAÇÃO
Experiência em Gestalt

A partir da 1ª semana de outubro, as psicólogas Maria Angela Santa Cruz e Sara Nader Alves promovem grupos de vivência para possibilitar maior contato e compreenção de sentimentos, emoções, fantasias e modos de relação com o mundo. Os grupos terão 3 meses de duração, com 1 encontro semanal. Horário a combinar. Informações e inscrições à R. Pelotas, 497 - Vila Mariana-Fone: 70-6776.

SEC-TUCA

Em setembro: dia 20 — Nana Caymi e Edu Lobo, duração de duas semanas, de 5ª a Domingo. Dia 8 estréia da peça infantil "Mônica e Cebolina no mundo de Romeu e Julieta", de 5ª a domingo.

A BRONCA DO POVO

"O restaurante da PUC não está com nada. A comida esta uma gracinha, janta fria e sem tempero. Mistura então é coisa do outro mundo: quando vem frango ou costela de porco é queimada que até amarga. Salada 'mucha' e velha e sem tempero e se reclama eles não tomam nem conhecimento, pois nós pagamos com vales e não com dinheiro. Acredito que esta chegue ao conhecimento da administração. Refrigerante é Cr$ 4,50 o copo de 1/4 quando nos bares é Cr$ 4,00 um refrigerante comum. Cafezinho com os vales de café só se for café preto: nem com leite nem chocolate, nem chá, pois é com vale e não com dinheiro. Sentimos até humilhado na presença dos estudantes, pois os mesmos dão risadas enquanto a gente é servido. Estamos aí para maiores detalhes".
Funcionários Nunes (portaria) e Soares (oficina). 10/9/79

SOROCABA

Funcionários reclamam do atraso de pagamento, apóiam Pe Enzo nas suas resoluções de inovação do campus que tantos problemas mostram para a Universidade Católica. Os Alunos e Professores entram com um Anteprojeto sobre Reforma Curricular — por horários melhores e corte do corpo docente excedente.

MARQUÊS DE PARANAGUÁ

Rádio na PUC — Inauguração no Campus do CCMFT de um sistema de rádio-informação a partir de 25 de setembro sob a direção do C.A. Também para a segunda de outubro haverá a Semana de Estudos patrocinada pelo C.A. Abrão de Moraes — Conferências — filmes — feira de livros e outros. Construção da quadra de esportes para ser inaugurada em outubro, depois de muitas reclamações. Também está sendo feita uma comissão para reforma de Curriculum, para implantação de matérias aplicadas à Física e Matemática.

CURTINHAS

Tuca Vivo — Dia 25/09 às 20 hs. Tema: *"Partidos Políticos e Organização da Sociedade."* Presença de Teotônio Vivela, Djalma Marinho, Severo Gomes, Almino Affonso, Francisco Weffort e Lula.

Pós — Foram re-credenciados em agosto os cursos de Psicologia da Educação; Comunicação e Semiótica Linguística Aplicada Ao Ensino de Línguas. Após 5 anos de credenciamento, é necessário solicitar o reconhecimento de novo.

Vestibular — Este ano apresenta cuidados excepcionais quanto a fraude. Em 79 os textos não serão longos como ano passado: as formas de texto foram mudados. Os responsáveis estão convencidos que a"fraude" em 78 foi puro golpe publicitário dos cursinhos. A novidade é a apresentação de uma cuidadosa análise do que se espera do candidato, junto com os assuntos a serem preparados.

FESTIVAL DE M.P.B. "Talentos Anônimos". TUCA, dias 30, 31/10 e 1º /11. Inscrições abertas no C.A. Psico. A promoção é dos CAs de Psicologia, Ciências Sociais e "22 de Agosto".

MUSEU DE RUA "HISTÓRIA DA PUC": Irá para Sorocaba durante o mês de outubro indo a seguir para a R. Marquês de Paranaguá e DERDIC. Se alguém quiser fazer "poster" com alguma das fotos expostas, comunique-se com a Sala de Comunicação, ramal 227.

ESPAÇO DE ARTE: se você tem fotos, pinturas, etc. para expor, procure-nos. Na Biblioteca será inaugurada uma parede só para exposições. Breve.

PORANDUBAS AGRADECE o tempo em que Jorjão permaneceu na Sala de Comunicações, não deixando cair a peteca. Boa sorte na Assessoria Administrativa. Vem para substituí-lo o Roberto Barreiro Fº.

PARABÉNS APROPUC- Dia 25/9/1976, foi criada a Associação de Professores, numa época em que os salários chegaram a atrasar 3 meses. De lá até hoje esta Entidade, além de aglutinar os docentes, se tem caracterizada por suas posições decididas pela abertura real da Sociedade Brasileira.

CORAL: FALTA COMUNICAÇÃO, Dia 31 de agosto o coral da PUC (CUCA) apresentou-se na rampa à noitinha. Foi um momento de beleza e de espanto — apesar de ter 6 anos aqui, o coral ainda não é conhecido pela maioria. Próxima edição teremos uma matéria a respeito.

TESES

1- "O LAZER EM QUESTÃO-REDEFINIÇÃO DO MODO DE VIDA DE UM GRUPO OPERÁRIO" Maria Isabel Faleiros - C. Sociais- orienta: Jayme W. Gasparoto - dia 18/9.

2- "SAÚDE PÚBLICA EM CARTAZ - POSSIBILIDADE DE DECODIFICAÇÃO"- Ana Mariano - Comunicação e Semiótica - orienta: Lucrécia D'Alessio Ferrara - dia 24/09.

3- "INTERVENÇÃO DO AUTOR AO NÍVEL DE FALA DOS PERSONAGENS"- Luiz T. Pirolla - Comunicação e Semiótica - orienta: Jorge Cury - dia 01/10.

4- "MENSAGEM URBANA E PARTICIPAÇÃO" - Ane S. Araujo - Comunicação e Semiótica - orienta: Décio Pignatari - dia 17/09.

5- "O PARNASIANISMO COMO FENÔMENO DA CULTURA BRASILEIRA EM CONFLITO ENTRE KITSCH E VANGUARDA" - Nivia Assunção - Comunicação e Semiótica - orienta: Lucrécia D. Ferrara - dia 29/10.

6- "ENSAIO DE CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO CIÊNCIA-IDEOLOGIA" - Adelaide A. Alves - Filosofia da Educação - orienta: Moacir Gadotti - dia 27/09.

7- "EDUCAÇÃO E CONTRADIÇÃO: ELEMENTOS METODOLOGICOS PARA UMA TEORIA CRITICA DO FENÔMENO EDUCATIVO" - Carlos Jamil Cury -Doutoramento em Educação - orienta: Dermeval Saviani - dia 03/10.

ATO PÚBLICO

Dia 21 de Setembro às 20:00 hs será realizado na PUC, Ato Público em comemoração dos dois anos da invasão policial, promovido pela APROPUC, pelo DCE e Comissão Pró-Núcleo da Anistia-PUC.

«Agradeço a S. Judas Tadeu uma graça recebida».
(Mª Terezinha de M.César.)

PORANDUBAS

R. Monte Alegre, 984
tel.: 263-0211 ramal 227
Editor: Jorge Claudio Ribeiro
Secretário: Roberto Barreiro Fº
Diagramador: Argeu Godoy-/Sydney Escobar
Composição: O Estado de S. Paulo
Impressão: Editora AFA
Tiragem: 11.000 exemplares.

análises clínicas
exame-ehrlich
DESCONTOS PARA A TURMA DA PUC
R. Itapicuru, 229 - fone: 65.9255

CORTEZ & MORAES
Em exposição importações recentes das Editoras: Ediciones de Cultura Popular, Nuestro Tiempo, Roca, Fundamentos, Granica, Laia, Era, Siglo XXI, Fondo de Cultura Econômica, etc.
Rua Min. Godoy, nº 1002, CEP 05015-S.Paulo-SP tel.: (011) 62-8987

RAMOS
CABELEIREIRO MASCULINO
Cortes Modernos para Adultos e Crianças, Limpeza de Pele, Massagens Capilares, Manicure e Engraxate.
De Segunda a Sábado
das 8:30 às 20.00 horas.
Fones: 263-4648 - 62-5423
Rua Caiubi, 199
Atendemos a Domicilio.